



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

**AS RELAÇÕES DE COMÉRCIO BRASIL-CHINA E MUDANÇAS NA
ESTRUTURA PRODUTIVA NACIONAL NO INÍCIO DO SÉC. XXI**

Aluno: Danilo Sartorello Spinola

Orientador: Fernando César de Macedo Mota

Monografia

Campinas, dezembro de 2011



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

Danilo Sartorello Spinola

**AS RELAÇÕES DE COMÉRCIO BRASIL-CHINA E MUDANÇAS NA
ESTRUTURA PRODUTIVA NACIONAL NO INÍCIO DO SÉC. XXI**

Monografia de conclusão de curso
apresentada ao Instituto de
Economia da UNICAMP para a
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas, sob a
orientação do Prof. Dr. Fernando
César de Macedo Mota.

Campinas, dezembro de 2011

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	CAPÍTULO 1: NEOLIBERALISMO E INSERÇÃO BRASILEIRA PÓS 1990	7
2.1.	Autores clássicos	8
2.2.	Aprofundamento da dependência	11
2.3.	A inserção brasileira no neoliberalismo	13
2.4.	A Desindustrialização	18
3.	CAPÍTULO 2: O PROCESSO DE INDÚSTRIALIZAÇÃO NA CHINA	28
3.1.	Breve discussão sobre a história da China	29
3.2.	China recente, o forte crescimento industrial	37
3.3.	A China e a questão do desenvolvimento	43
4.	CAPÍTULO 3: A RELAÇÃO ENTRE BRASIL E CHINA	46
4.1.	O comércio Brasil – China	47
4.2.	Impactos na estrutura industrial brasileira	53
5.	CONCLUSÃO	61
6.	REFERÊNCIAS	64

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 : Participação da dívida nacional do PIB	23
Tabela 2: Brasil – Câmbio e Inflação	24
Tabela 3: Balança comercial	26
Tabela 4: Relações comerciais	48
Tabela 5: Intensidade tecnológica dos produtos	50
Gráfico 1: Crescimento anual da China	36
Gráfico 2: IDE chinês em % do PIB	39
Gráfico 3: População urbana da China	40
Gráfico 4: Importações e exportações de bens e serviços	41
Gráfico 5: Média mensal do câmbio Real - Dólar	53
Gráfico 6: Preços internacionais das commodities (2003-2010)	55
Gráfico 7: Índice de preços das commodities (2003-2010)	56
Gráfico 8: Reservas Brasileiras	57
Gráfico 9: Participação industrial no PIB brasileiro	58

1. INTRODUÇÃO

Situar o debate do desenvolvimento no início do século XXI é um grande desafio para os estudiosos da economia nacional. A crise em que se passa o debate do desenvolvimento¹ tem colocado em cheque toda a validade do instrumental criado a partir dos debates realizados na tradição desenvolvimentista no século XX. Tanto no *mainstream* quanto na heterodoxia econômica, a questão do desenvolvimento gradualmente deixou de ser um problema a ser tratado. Isso acentuado a um cenário em que as teses acerca do Fim da história² se cristalizaram no senso comum mundial.

O plano de fundo das teses que pregam o fim do desenvolvimento é o de que não há mais espaço para mudanças. Seria o tempo do fim das utopias e das ações coletivas, em que o fim do socialismo real teria sido o calvário das idéias de transformações sociais. O individualismo teria se mostrado superior às outras formas de organização e o cálculo racional maximizador, numa institucionalidade de mercados livres, seria a melhor forma de gerir o bem-estar social, com o mecanismo de mercado levando otimizadamente ao desenvolvimento.

Os argumentos pró-liberalização comercial e financeira emergem a partir da década de 1970 e 1980, com fortes críticas ao sistema regulador keynesiano marcante nas políticas econômicas nacionais no período anterior.

“Essa visão advogava que a proteção havia gerado uma estrutura produtiva ineficiente com excessiva diversificação e pouca competitividade internacional. Fazia parte desse quadro geral de ineficiência a exigência de níveis elevados de nacionalização e conseqüente integração vertical” (CARNEIRO, 2002, p.310).

A emergente ideologia neoliberal advogava em defesa da melhor alocação dos recursos existentes, destacando a ineficiência gerada pela intervenção governamental. Assim, muitas nações passam a adotar políticas radicalmente distintas das até então adotadas.

¹ CARNEIRO, R. de M. **Desenvolvimento em crise**: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo; Campinas, SP: Editora UNESP: Unicamp.IE, 2002. 423p.

² FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. 489 p.

“O novo modelo de crescimento colocar-se-ia como uma alternativa radical ao desenvolvimentismo ao definir a concorrência como motor primordial do processo. Ou seja, em substituição às políticas de demanda ou de garantia de mercado (...) propõe-se uma política de oferta, sintetizada na ampliação da concorrência. Esse seria o mecanismo central de estímulo à incorporação de novas tecnologias, sustentando o ciclo virtuoso de aumento de produtividade e salários reais” (CARNEIRO, 2002, p.310).

A liberalização e a desregulamentação aliadas às privatizações passam a se tornar gradualmente regra nas políticas econômicas nacionais: Inicialmente nos países centrais do sistema capitalista mundial, em seguida se expandindo com mais força para as periferias desse sistema³.

Concomitantemente ao processo de retorno ao liberalismo, emergem progressivamente teorias que pregam o fim do que é conceituado tradicionalmente como nação. A idéia de que os estados nacionais seriam gradualmente suplantados ganha força. Isso ocorreria em favor da emergência de uma ordem mundial livre, composta por economias regionais, como defende pensadores do mundo todo, como OHMAE(1996) e JÁUREGUI (2001).

“Assistimos a uma alteração drástica das concepções teóricas sobre as quais tradicionalmente têm assentado os Estados-nação. Encontramo-nos no limiar de um novo mundo, em que a simbiose do Estado nação - revolução industrial começa a ser substituída por novas formas de organização e estruturação políticas mais adequadas a uma nova sociedade tecnológica actual” (GONÇALVES, 2006, p.283-284)

A idéia de fim da nação é apresentada como reflexo do desenvolvimento natural do capitalismo em escala mundial. Em que políticas nacionais de desenvolvimento, protecionismos, passam a ser vistas como graves bloqueios ao processo de alocação eficiente dos recursos econômicos e financeiros, gerando um peso morto que entravaria o processo natural de desenvolvimento capitalista.

³ Destacando que efeitos dessas políticas são distintos no centro e na periferia

“Os modelos teóricos sugerem que o livre comércio evita as perdas de eficiência associadas à proteção. Muitos economistas acreditam ainda que o livre comércio traz outros benefícios, além da eliminação das distorções de produção e consumo. Por fim, mesmo entre os economistas que acreditam que o livre comércio não seja uma política tão perfeita, há os que crêem que ele, em geral, é melhor do que qualquer outra política que o governo possa adotar.” (KRUGMAN c2005 p. 163)

Dessa forma, o desenvolvimento, entendido como um processo de controle sobre a mudança sob bases nacionais, conforme destaca FURTADO (1980) não mais se põe em questão. As opções de uma sociedade quanto ao seu futuro estariam previamente dadas. Qualquer desvio seria ”punido” pelas forças de mercados.

Tal ideologia conservadora, avessa a mudanças, instaurou-se, portanto, no senso comum do mundo pós 1970, alcunhado pelos seus defensores como *Globalization*. Entretanto, para avançar em uma análise crítica que aprofunde e retome a questão do desenvolvimento – em especial na compreensão da sociedade brasileira - deve-se retomar a leitura de autores clássicos fundamentais para a percepção da problemática das especificidades da formação e do desenvolvimento brasileiro.

O objetivo deste trabalho é analisar de uma perspectiva crítica os impactos que a expansão do comércio entre Brasil e China realizaram na estrutura industrial brasileira. Tal análise será feita a partir de uma metodologia pautada nas teorias de autores clássicos como Celso Furtado e Caio Prado Jr, buscando observar os fenômenos de uma perspectiva do desenvolvimento econômico. Para tal objetivo, será feita uma busca em fontes de dados como da UNCTAD e do Banco Mundial, buscando compreender os impactos quantitativos na estrutura nacional. A pesquisa também se concentrará na compreensão da estratégia chinesa de desenvolvimento, na busca de caracterizar melhor essa economia, a qual vem se destacando como a de maior dinamismo no mundo globalizado.

No Capítulo 1 deste trabalho, se dará a análise da inserção brasileira do início da década de 1990 até 2010. Já no Capítulo 2, será analisada a China e o seu processo de industrialização e de busca por novos mercados. No Capítulo 3, será analisado o comércio entre Brasil e China, e serão considerados os impactos da especialização produtiva brasileira voltada ao comércio exterior na indústria nacional. Por fim, a conclusão analisará a questão de como a o

desenvolvimento nacional se situa na inserção do Brasil na nova divisão internacional do trabalho.

2. CAÍTULO 1: NEOLIBERALISMO E INSERÇÃO BRASILEIRA PÓS 1990

Este capítulo trata da questão da inserção brasileira no período da reorganização neoliberal no mundo pós-Bretton Woods. Inicialmente serão tratados os elementos dos autores clássicos para a compreensão teórica do problema, em seguida analisado o aprofundamento da dependência econômica brasileira na nova divisão do trabalho. Por fim será destacada a inserção brasileira no neoliberalismo e os impactos dessa inserção para a indústria nacional.

2.1. Autores clássicos

A leitura dos textos de autores como Celso Furtado e Caio Prado Junior é fundamental para que sejam colocadas em perspectiva questões como a superação da dependência externa, a industrialização e a emancipação da pobreza – as quais se mostram cada vez mais longe de serem resolvidas. A leitura busca analisar as possibilidades de compatibilizar capitalismo, democracia e soberania nacional dentro da perspectiva brasileira.

Para analisar a especificidade nacional neste trabalho, será retomado o conceito de desenvolvimento de Celso Furtado, aplicando-o como medida na análise da inserção brasileira numa nova divisão internacional do trabalho consolidada na relação comercial de Brasil com a China, observando como os impactos dessa inserção na estrutura produtiva brasileira afetam a situação de desenvolvimento nacional.

O conceito de desenvolvimento, conforme destaca FURTADO (1980), traz complexos questionamentos, que envolvem uma forma de racionalidade específica. Retomando o conceito de racionalidade de Max Weber⁴, Furtado instaura na questão do desenvolvimento uma dicotomia entre fins e meios.

Para o desenvolvimento ocorrer deve uma sociedade, através de seus valores sociais, via uma racionalidade substantiva, estabelecer uma meta, um fim para suas ações. A partir da definição desse fim, a sociedade deve utilizar sua racionalidade instrumental para definir os meios mais eficientes para alcançar o previamente definido fim. Furtado destaca que tanto os fins quanto os meios do qual partilham uma sociedade dependem em ultima instância da criatividade humana⁵.

“A rigor, a idéia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e a que competem na utilização de recursos escassos”
(FURTADO, 1980, p.16)

⁴ WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Ed. rev. São Paulo: M. Claret, c2007. 238 p. (A obra prima de cada autor; v. 49).

⁵ “O desenvolvimento é sempre tributário de uma atividade criadora” (FURTADO, 1980, p.47)

Em busca de caracterizar a posição periférica da América Latina no sistema de Divisão internacional do trabalho (DIT), Furtado caracteriza a formação de uma estrutura centro-periferia, caracterizando o subdesenvolvimento como a consecução de um fim absurdo para os interesses da coletividade nacional. O fim que caracteriza o subdesenvolvimento é a modernização de padrões de consumo, é a busca pelo acesso a produtos oriundos do centro, os quais possuem cada vez mais conteúdo tecnológico. Tal fim de modernização tem como meios a realização de uma estrutura produtiva interna cada vez mais especializada, reproduzindo as formas tradicionais de dominação social, em busca da criação de um excedente do comércio internacional que permita o acesso a produtos modernos do centro.

“Em síntese, o que caracterizou a formação da periferia foi a dinamização da demanda - modernização – em condições de um relativo imobilismo social causado pelo lento desenvolvimento das forças produtivas. O que veio a chamar-se de subdesenvolvimento não é outra coisa senão a manifestação dessa disparidade entre o dinamismo da demanda e o atraso na acumulação reprodutiva” (FURTADO, 1980, p.89)

Assim, Furtado põe em perspectiva uma visão peculiar do desenvolvimento. A questão da industrialização do país, temática característica da visão da CEPAL cujo objetivo principal é superar a situação de periferia é vista de perspectiva crítica. A industrialização é uma condição necessária para a superação da dependência interna, mas não é suficiente, e pode até aprofundar a dependência.

A hegemonia liberal retomada nos anos 1980, e que a partir da década de 1990 entra com força no Brasil pode ser então vista, pela perspectiva furtadiana, como um grave aprofundamento da inserção brasileira na divisão internacional do trabalho através de uma radicalização do processo de modernização dos padrões de consumo. Passa a se observar especialização produtiva e perda do dinamismo industrial conquistados no período de substituição de importações. Isso com vista a avançar num mais elevado padrão de acesso aos produtos oriundos do centro tendo como contrapartida a concentração de renda, a segregação social e a desestruturação dos serviços de origem pública.

As idéias do mestre Celso Furtado serão tomadas como ponto de partida para a análise da questão do desenvolvimento neste trabalho. Para colocar de uma perspectiva crítica a visão

hegemônica ortodoxa, torna-se necessário observar o desenvolvimento brasileiro através de sua inserção especializada numa nova divisão internacional do trabalho⁶. Nesta nova divisão passam a emergir novos atores, novos protagonistas e uma nova periferia.

⁶ POCHMANN (2000) coloca a existência de 3 divisões internacionais do trabalho, a atual seria então a quarta, em que países da própria periferia, como China e Índia passam a assumir posição relativa de centro perante África e América Latina.

2.2. Aprofundamento da dependência

“A China tornou-se o elo final de uma vasta rede de exportação orientada para o mercado dos EUA e dos demais países centrais, que demanda peças e componentes dos demais países asiáticos e recursos naturais da América do Sul e África” (MARIUTTI, 2010, p.27)

O início do séc. XXI é marcado pela rápida emergência da China como novo ator mundial. Crescendo a taxas médias de 10% desde o final dos anos 1980, com um ritmo muito forte de crescimento industrial, o governo chinês passa a adotar uma progressiva estratégia de busca por novos mercados. A produção chinesa, demandadora de uma escala maior de recursos naturais, procura via comércio e investimento em países periféricos da Ásia, África e América Latina expandir sua base de insumos e alimentos, na busca de garantir sua segurança energética e alimentar.

“A China, como é sabido, transformou-se no ponto terminal de uma vasta cadeia internacional de suprimentos, dinamizando (tipicamente) as exportações de máquinas, peças e componentes provenientes de outros países asiáticos (mas também dos Estados Unidos e da Alemanha, entre outros países desenvolvidos) e de matérias-primas produzidas em regiões como América Latina, Oriente Médio e África.” (MACEDO E SILVA, 2010, p.40)

O Brasil, como maior produtor de recursos naturais do mundo, entra em cena então no comércio com a China de forma a fornecer a esta uma grande gama de alimentos e recursos minerais. Em contrapartida a esse comércio, a China fornece produtos de alta intensidade tecnológica. Deve-se destacar que a China vem progressivamente investindo no Brasil através da compras de terras e de parcerias tecnológicas em contratos de exclusividade.

O debate da relação entre Brasil e China está hoje no centro da discussão sobre desindustrialização no Brasil. Na grande mídia, inclusive, anunciam-se diariamente medidas de investimento chinês no Brasil.

Assim, a estrutura produtiva brasileira, a qual já vinha desde os anos 1990 em processo gradual de especialização em produtos de baixa intensidade tecnológica, passou a se aprofundar

nesse processo nos anos 2000. A diversificação industrial vai sendo, gradativamente, desmantelada e o Brasil passa a se voltar a uma especialização na indústria extrativa, muito voltada aos produtos exportados, controlados pela demanda externa. A fragilidade produtiva brasileira se eleva, e a estrutura industrial vai se desmantelando. Há uma especialização, também, na indústria de transformação.

O processo acima descrito é aprofundado com o comércio com a China, numa nova divisão internacional do trabalho (DIT) em que a China emerge cumprindo o papel de centro perante o Brasil, o qual mantém sua situação periférica. Assim, o objetivo desse trabalho é, através da análise do comércio entre Brasil e China, observar como a estratégia brasileira vem gerando um processo de regressão industrial, aprofundando a situação de subdesenvolvimento e dependência externa do país, operando no sentido contrário ao desenvolvimento colocado acima nos termos de Celso Furtado.

Este processo ameaça levar a uma situação de reversão neocolonial, como destaca Plínio de Arruda Sampaio Junior:

“A incapacidade de evitar os efeitos destrutivos da crise da industrialização pesada comprometeu as bases materiais, sociais e políticas do Estado nacional, colocando o Brasil diante da ameaça de processos de reversão neocolonial que interrompem o movimento de construção da nação.”(SAMPAIO, 2007, p.153).

A “Reversão Neocolonial” se colocaria no sentido de que o país poderia voltar a ser uma economia reflexa e completamente dependente, pois está a produzir única e exclusivamente aquilo que é demandado nos países centrais.

2.3. A inserção brasileira no neoliberalismo

Para compreender a inserção da periferia latino-americana no capitalismo globalizado, é necessário inicialmente destacar as mudanças que ocorreram no capital financeiro e no capitalismo nos anos 1970 e 1980 que realizaram a transição do capitalismo industrial de Bretton Woods para o Capitalismo financeirizado global.

“Sabe-se que a globalização é em geral encarada como sinônimo do aumento da integração financeira entre os países, um fenômeno essencialmente quantitativo e que na maioria dos casos é atribuído a fatores como o progresso tecnológico, a redução dos custos de transação, e as inovações financeiras em si, resultados do avanço das forças de mercado diante da ineficácia progressiva do aparato regulatório vigente em Bretton Woods.” (BIANCARELLI, 2007, p.10)

Ricardo Carneiro coloca o processo de globalização como resultante da interação de dois movimentos básicos, destacando a predominância que as estruturas financeiras assumem sobre as produtivas:

“No plano doméstico da progressiva liberalização financeira e no plano internacional da crescente mobilidade de capitais. Esta implícita na hipótese anterior a idéia de que a globalização produtiva é um fenômeno subordinado” (CARNEIRO, 2000, p.3)

Pode-se resumir o como conjunto de medidas que marcam o período que transita do anterior período caracterizado pela institucionalidade de Bretton Woods⁷ para o período de globalização financeira em três grandes transformações, conforme destacado por CARNEIRO(1999): As transformações financeiras, a dinâmica especulativa e a forma peculiar e predominante do dólar dos Estados Unidos no sistema monetário e financeiro internacional.

Destacando as transformações financeiras, podem-se destacar dois conjuntos principais: As inovações financeiras, caracterizada pela securitização, pela presença de derivativos e pela

⁷ Do pós guerra (1945) até a década de 1970, período marcado por políticas keynesianas, de controle de capitais, intervenção estatal e bem estar social.

emergência dos investidores institucionais; e a universalização dos bancos num processo progressivo de desregulamentação financeira.

As inovações financeiras, criação de novos instrumentos que respondam melhor à relação entre custo, risco e rentabilidade, deram fôlego a um processo de criação de formas alternativas para a relação entre emprestadores e tomadores de empréstimo na qual mecanismos, como o de securitização, permitiam que a relação se tornasse impessoal e as dívidas pudessem ser transferidas via títulos públicos – Os mercados foram se tornando mais líquidos.

Já o processo de universalização dos bancos caminha no sentido da desregulamentação e da liberalização. O antigo processo bancário segmentado de Bretton Woods criado para reduzir riscos vai se tornando obsoleto. Os bancos então vão se tornando universais, tornando-se “supermercados financeiros”. Ocorre então desregulamentação - abolição de regras e liberalização – e criação de instituições para melhor funcionamento do mercado.

“A tendência à universalização dos bancos é um processo que (...) Trata-se da fusão de várias atividades bancárias dentro de um mesmo conglomerado, nos moldes do que tradicionalmente ocorreu com os bancos alemães e suíços – agora sujeitos à concorrência destes grandes “supermercados financeiros”. Destaque-se, na atuação dos bancos universais, o papel de banco de investimento, de viabilização da colocação e distribuição dos papéis emitidos por empresas, e também enquanto acionista e até controlador de diferentes companhias. (BIANCARELLI, 2007, p.47)

Dessa forma, uma nova institucionalidade liberalizante vai sendo criada no mundo, caracterizando as políticas econômicas na década de 1980 dos países centrais. A emergência liberal atinge a América Latina e o Brasil com certa defasagem temporal, só ganhando força na década de 1990.

“Todos esses processos ocorrem a partir do final dos anos 1970 nos países centrais, razão pela qual esse é o momento do início da globalização para a maioria dos autores” (BIANCARELLI, 2008 ,p.3)

A inserção da América Latina e do Brasil na década de 1980 se dá num cenário muito desfavorável: o país se encontrava com uma dívida muito elevada em função do choque de juros

realizado em 1979 nos Estados Unidos. Após a moratória mexicana de 1982, o Brasil via sua situação se aproximar da do México, sofrendo fortes restrições de financiamento externo.

“Depois da ruptura do mercado internacional de crédito em 1982, abre-se, após 1983, um período de crescente transferência de recursos ao exterior. Inicialmente, em 1983 e 1984, essas transferências realizam-se no âmbito de um racionamento ainda maior de novos créditos, desta vez supervisionado pelo FMI” (CARNEIRO, 2002, p.121).

O Brasil é então obrigado a proceder, com vista a não decretar uma moratória brasileira, o tão debatido acordo com o FMI, realizando então o início de uma política recessiva de ajuste exportador – transferindo recursos reais ao exterior.

A estrutura produtiva passou a ser planejada para voltar-se à exportação, controlando fortemente a demanda e a oferta internas para esse fim. Isso com vista a adquirir divisas para o pagamento dos juros da dívida externa adquirida nos anos anteriores voltados a financiar o milagre econômico, ainda num cenário de inflações a níveis elevadíssimos.

Assim, é nesse contexto recessivo que o Brasil adentra a década de 1990, inicialmente marcada pelas altas taxas de inflação e pelo baixo crescimento, herança dos anos 1980. Os anos 1990 então marcam o início de uma nova dinâmica de desenvolvimento econômico. Há, a partir dos anos 1990 no Brasil, a inserção radical de novas idéias de cunho conservador que durante as décadas de 1970 e 1980 emergiram nos países do centro do capitalismo. Tais idéias estavam relacionadas a uma diferente compreensão da economia, do território e do planejamento em relação ao passado.

O fim da URSS e a agressividade de políticas radicais anti-estatistas representadas no centro pelos governos Reagan (1981-89), no EUA; e Thatcher (1979-90), na Inglaterra, marcam um novo período histórico na economia e na política mundiais, cujas marcas de maior destaque são a redução do planejamento estatal e por consequência do planejamento regional e urbano, a defesa do “estado mínimo” e a derrota do keynesianismo perante os interesses do mercado – em especial o financeiro. Sendo assim, a desregulamentação passa a se tornar regra, com a abolição de leis trabalhistas e o desmantelamento de sindicatos, enfraquecendo o estado de bem estar social constituído em alguns países centrais no pós II guerra. No Brasil, tal etapa ficou conhecida como neoliberalismo, e colocou fim ao modelo nacional desenvolvimentista que

prevalecera anteriormente. Essas políticas entram no país a partir do início da década de 90, com a vitória da plataforma modernizadora de Fernando Collor de Mello na eleição de 1989.

As idéias neoliberais surgiram tendo como expoentes principais Milton Friedman e Friedrich Hayek, e tiveram em suas raízes teóricas e ideológicas visões ligadas aos pressupostos da economia neoclássica e do liberalismo clássico, em que pesa o “individualismo metodológico”, em oposição à abordagem agregada da macroeconomia keynesiana e à visão da sociedade estratificada em classes da teoria marxista. O argumento neoliberal tem como base a busca dos critérios de eficiência através da criação de uma institucionalidade em que indivíduos livres possam competir em mercados livres alocando eficientemente os recursos econômicos.

O processo de liberalização para América Latina teve como base o Consenso de Washington⁸. Neste, uma cartilha com diversas medidas a serem adotadas pelos países latino americanos, defendia-se principalmente: A estabilização de preços da economia, a desrepressão dos setores financeiros e o câmbio unificado.

Nas palavras do próprio criador do Consenso de Washington, John Williamson, sua cartilha pregava:

“O programa de reformas políticas delineado, que pode ser resumido como prudência macroeconômica, liberalização microeconômica e orientação externa diferem bastante da facilidade de obtenção de déficits orçamentários e empréstimos externos, da confiança nos empreendimentos estatais, da substituição de importações e da teoria da dependência que ainda prosperava na América latina na década de 80” (WILLIAMSON, 1992, p.45)

Dentre países latino americanos, houve diferenças na implantação da cartilha do consenso, com graus diversos de abertura: a Argentina realizou um processo mais radical, enquanto o Brasil foi mais moderado.⁹

⁸ O Consenso de Washington constituiu diversas medidas condensadas em dez regras principais. Seu texto foi completado em 1989 realizado em consenso por economistas de diversas instituições financeiras situadas em Washington - englobando FMI e Banco Mundial. As medidas foram expostas no texto do economista John Williamson, do *International Institute for Economy*. As regras acabaram por se tornar a forma oficial do FMI propor políticas. Assim, tais medidas passaram a ser indicadas em vista a promover o “ajustamento macroeconômico” em países em desenvolvimento que recorriam ao fundo.

⁹ O México também realizou adoção do consenso de Washington realizando abertura comercial e financeira, de forma intermediária entre Argentina (Mais radical) e Brasil (mais moderado)

A implementação das idéias do Consenso de Washinton, pensado pela teoria ortodoxa, claramente refuta os ideais relacionados ao processo de substituição de importações e de uma tentativa de desenvolvimento nacional almejada nas décadas anteriores.

2.4. A Desindustrialização

A nova inserção brasileira na DIT está fundamentalmente relacionada à produção de mercadorias nas quais o país tem determinadas “vantagens naturais”, idéia análoga às “vantagens comparativas” Ricardianas¹⁰, em que o país se especializa naquilo que lhe é naturalmente vantajoso. No caso brasileiro, vê-se que há a especialização em produtos primários ligados ao agronegócio e à pecuária, que trazem importantes implicações nas articulações das regiões com o mercado externo.

Assim, a “inserção competitiva”, forma como pode ser nomeada a entrada do Brasil no cenário mundial de concorrência especializada, vê como objetivo principal aprofundar a inserção externa da economia do país no cenário internacional. Volta-se assim a produção com o objetivo fundamental de atender ao mercado externo. Passa-se a expandir fronteiras agrícolas em busca de mais e mais terras para agricultura e pecuária dentro dos regimes do *agrobusiness*. É clara a percepção do caminho à especialização regressiva ao observar as vastas plantações de soja do Centro-Oeste.

“A especialização regressiva que ocorre nos anos 1990, por conta da rápida abertura comercial combinada com a apreciação do real, muda a estrutura produtiva na direção de reduzir o peso dos setores mais intensivos em tecnologia e o segmento produtor de bens de capital, ambos com elevada elasticidade renda. Assim, na medida em que o crescimento doméstico se acelera e principalmente quando o investimento começa a se ampliar, as importações crescem muito mais rápido do que o PIB. A estrutura produtiva também define uma pauta de exportações que no caso brasileiro, a partir dos anos 1990, amplia o peso dos produtos não industriais e das manufaturas de baixa tecnologia.” (CARNEIRO, 2010, p.13)

Tal especialização ocorre com o claro objetivo de criar uma oferta de produtos primários naturais que são demandados pelos países do centro - avançados do ponto de vista industrial e

¹⁰ Formulação desenvolvida por David Ricardo (1772-1823) - *Principles of political economy and taxation* (1817) defendendo a especialização do comércio entre Portugal (produtor de vinhos) e Inglaterra (produtor de tecidos). Advogava que países com vantagens relativas na produção de determinado produto deveria se especializar na produção deste e trocar o excedente com o exterior, gerando ganhos de produtividade para ambos os países.

tecnológico, e que necessitam da importação de produtos primários e matérias-primas - buscando inserir competitivamente o país no comércio internacional.

Essa nova inserção voltada ao mercado externo, e por este induzida, especializada em produtos primários, ao ser analisada a partir das idéias de Celso Furtado, é uma irracionalidade do ponto de vista da Formação Econômica do Brasil. Isso visto que tal modelo de desenvolvimento não gera, nem visa gerar, uma economia autodeterminada¹¹, que possa beneficiar o país como um todo e superar seus dois problemas mais fundamentais: a desigualdade e a dependência externa.

“A realocação de recursos produtivos em função das vantagens comparativas implicava em simplificar a estrutura produtiva (...) Em todo caso, a oferta de origem interna fazia-se extremamente rígida e, portanto, altamente dependente do comportamento da demanda externa” (FURTADO, 1980, p.105).

“Apesar das grandes transformações por que passou a economia brasileira, e que se vêm acentuando nestes últimos decênios, ela não logrou superar algumas de suas principais debilidades originárias, e libertar-se de sua dependência e subordinação no que respeita ao sistema econômico e financeiro internacional de que participa e em que figura em posição periférica e marginal”. (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 91).

Em outras palavras, esse modelo de desenvolvimento faz com que o multiplicador de renda - o qual fora parcialmente internalizado com a constituição de um mercado interno e com a industrialização no Brasil durante o período 1930-80 - passe a sofrer um claro processo de regressão: O multiplicador volta a ocorrer no exterior, aonde se criam empregos; no caso atual, principalmente na China.

“Na ausência de um multiplicador interno de emprego, se esgotariam de uma ou outra forma as possibilidades de crescimento da renda com base na simples especialização internacional.” (FURTADO, 1980, p.108)

¹¹ Conceito que para o pensamento da CEPAL constitui uma economia que internalizou sua estrutura produtiva e assim passa a reproduzir internamente seu padrão de acumulação, o que romperia com os laços de dominação econômica externa.

Com o que foi destacado, o que se conclui é que a inserção especializada em produtos primários vem ocasionando um processo de desindustrialização do país; não apenas redução da participação do setor industrial no PIB brasileiro, mas também desadensamento das cadeias produtivas e desestruturação da dinâmica produtiva interna em função de uma maior especialização voltada ao comércio internacional.

Sendo assim, a renda adquirida com a venda das mercadorias produzidas internamente é em boa parte utilizada com a compra de produtos industriais de alta tecnologia do exterior, demandados pelo grande mercado interno brasileiro, não gerando dessa forma um mecanismo de multiplicação da renda interna que seria conseguido caso tal demanda fosse suprida através de indústrias nacionais.

Do ponto de vista da dinâmica regional, significaria que as regiões brasileiras passariam a ter vínculos crescentes com o exterior, diminuindo suas articulações com as demais regiões, aumentando (ou pelo menos potencializando) a fragmentação do território. Dessa forma, a economia brasileira se tornaria novamente uma espécie de colônia (do ponto de vista econômico) completamente dominada pelos interesses econômicos das metrópoles.

“A crise da industrialização pesada está comprometendo as bases materiais, sociais e políticas do estado nacional, colocando o Brasil sob ameaça de processos de reversão neocolonial que interrompem o movimento de construção da nação. Nessas circunstâncias, não é exagero afirmar que há uma incompatibilidade incontornável entre: (1) A disciplina financeira e monetária exigida pela comunidade financeira internacional, (2) a reprodução de mecanismos de mobilidade social capazes de dar um mínimo de legitimidade ao sistema político; e (3) A recomposição de um esquema regional de poder que tenha capacidade de neutralizar as poderosas forças que levam ao fracionamento da nação” (SAMPAIO, 1999, p.34).

Assim, o processo de abertura comercial e as teorias conservadoras que vêm dominando o pensamento econômico podem ser de fato encaradas como uma reversão ao processo de formação de uma economia pretensamente nacional, sendo que aquilo que ocorre, na perspectiva Cepalina/furtadiana, é de fato um reforço da situação periférica do Brasil dentro da DIT, da relação centro-periferia que impera desde a gênese da economia brasileira.

“Na lógica da ordem econômica internacional emergente parece ser relativamente modesta a taxa de crescimento que corresponde ao Brasil. Sendo assim, o processo de formação de um sistema econômico nacional já não se inscreve naturalmente em nosso destino nacional” (FURTADO, 1992).

Conforme já comentado, após o início da década de 90, observou-se dentro do Brasil uma inflexão nas idéias relacionadas à economia. As teorias nacionais desenvolvimentistas que predominavam até então deram lugar a um avanço liberal, cujas idéias principais eram importadas pelo Brasil oriundas do desenvolvimento acadêmico do centro, principalmente dos Estados Unidos.

O Brasil adotou nos anos 90 uma estratégia de inserção na globalização chamada pela UNCTAD de estratégia “Capital Account”. Tal estratégia consistiu fundamentalmente na conversibilidade das contas corrente e de capital.

“Idéias de vários autores que apontam duas estratégias externas bastantes distintas seguidas pelas duas regiões: *trade account* versus *capital account* (Dooley et al., 2003); ‘gansos voadores’ versus ‘patos vulneráveis’ (Palma, 2004); além de outros trabalhos anteriores sobre essa dicotomia (por exemplo, Medeiros, 1997). Na denominação de Carneiro (2007b), trata-se do contraste entre um ‘padrão produtivista’ e um ‘financista’.” (BIANCARELLI, p.136)

O Brasil, país até a década de 1990 relativamente fechado para o mundo, utilizava-se de políticas de proteção industrial e de controles de capital inicial. Nos anos 1990 passa a realizar políticas de liberalização comercial e financeira, entrando na onda neoliberal que já havia abarcado grande parte dos países latino americanos. Tais políticas tiveram como objetivo modernizar o parque produtivo nacional e garantir o acesso à poupança externa via conta de capitais, com vista a financiar eventuais déficits.

“De acordo com MIRANDA (2000), Supunha-se que a concorrência induziria uma rápida transformação da estrutura produtiva herdada da substituição de importações, implicando modernização das plantas em razão do barateamento dos bens de capital,

mudança no mix de produtos, redução da verticalização, tudo isso na direção de uma alocação de recursos mais afinada com as vantagens comparativas da nossa economia”. (CARNEIRO, 2002, p.310).

Após 20 anos de início da política liberal, a primeira promessa, de modernização do parque produtivo nacional, não se realizou. O que se observou foi uma reorganização da estrutura produtiva, em que muitas empresas que antes dos anos 1990 tinham reserva de mercado foram jogadas para fora do mercado pela livre concorrência com o exterior. Muitas das empresas nacionais foram compradas por estrangeiros sofrendo processo de fusão e aquisição. Assim como muitas estatais foram privatizadas. Dessa forma, a indústria desde então vem sofrendo um processo de estagnação.

Com relação ao segundo objetivo da conversibilidade¹² tem se observado um aprofundamento forte da inserção Brasileira no cenário financeiro internacional discutido no início deste capítulo. O Brasil recebe desde os anos 90 um fluxo massivo de capitais especulativos de curto prazo e de IDE¹³ que tem vindo não só a cobrir eventuais déficits na balança de transações correntes, como a superar muito a necessidade de financiamento externo brasileira elevando o passivo externo brasileiro.

“Um dos resultados da abertura financeira que mais de destacou foi o rápido crescimento do passivo externo da economia brasileira. Esse desempenho tem a sua trajetória colada ao ciclo de crédito internacional, vale dizer, aceleração até 1997 e desaceleração a partir de então.” (CARNEIRO, 2000, p.73)

Os baixos juros internacionais aliados aos elevados juros reais brasileiros e a um aumento na credibilidade dos ativos nacionais perante o mercado financeiro internacional têm garantido um processo que MINSKY (1982) denominou “Money Chasing Yield”, ou seja, a grande liquidez internacional e os baixos juros nos países do centro têm realizado uma busca por valorização de capitais na periferia, que pagam juros mais altos.

¹² De acesso à poupança externa via conta de capitais

¹³ Principalmente do tipo fusões e aquisições, em oposição ao IDE do tipo “*greenfield*”, caracterizado pela criação de nova capacidade produtiva

“Chega-se, assim, ao cerne da explicação da fase ascendente dos ciclos de liquidez em tela. A busca por rendimentos – o Money Chasing Yield, na famosa expressão minskyana – em ativos denominados em moedas fracas é um movimento que significa, sempre, uma redução na aversão ao risco dos aplicadores globais ou, na linguagem keynesiana, uma queda na preferência pela liquidez por parte dos mesmos agentes” (BIANCARELLI, 2008, p.11).

O Brasil se insere com força no sistema financeiro (observando assim desde os 1990, mas principalmente a partir de 2003) uma entrada massiva de capitais, o que tem tido como resultado forte apreciação cambial e elevação considerável nas reservas internacionais do país. Assim, com fortes reservas, o país se anestesia contra as incertezas dos investidores, o que garante melhora nos graus de confiança do mercado e a entrada ainda maior de capitais. Como contrapartida, o passivo externo brasileiro e a dívida interna brasileira se encontram em níveis elevados e perigosos, crescendo muito dos anos 1990, como pode ser observado na tabela abaixo. Assim tem-se comprometido boa parte dos recursos do PIB que poderiam ser utilizados para elevação dos investimentos. Para o mercado manter a confiança no país frente aos problemas de dívida interna, o governo promove desde 1999 a política de realização de superávits primários – economia nos gastos correntes do governo com vista a pagar os juros da dívida, reduzindo seu ritmo de crescimento.

TABELA 1 : Dívida nacional/PIB

PARTICIPAÇÕES DAS DÍVIDAS BRASILEIRAS NO PIB		
ANO	Dívida Externa no PIB (%)	Dívida Interna no PIB (%)
1996	21,41	28,15
1997	22,95	28,73
1998	28,63	33,56
1999	41,15	38,29
2000	36,61	38,31
2001	40,82	42,41
2002	45,14	44,70

2003	42,52	43,67
2004	33,17	42,71
2005	21,30	45,27
2006	18,31	48,44
2007	17,60	52,99
2008	15,93	49,50
2009	17,37	51,97
2010	16,75	49,95

FONTE: IPEADATA

O processo de forte entrada de capitais no país, principalmente pós 2003 tem tido como contrapartida a forte valorização cambial. A valorização real do câmbio (descontando a inflação) em muito já supera na paridade real-dólar que se observava no início do plano real, quando a paridade era de R\$1 para US\$1. A forte valorização, por uma visão positiva, é usada pelo governo como mecanismo de contenção inflacionária.

TABELA 2: Brasil – Câmbio e Inflação

TAXA NOMINAL DE CÂMBIO MÉDIA E INFLAÇÃO			
	Taxa de câmbio nominal média	Inflação (IPC - FGV)	Inflação acumulada
1996	1,00	11,34	11,3
1997	1,08	7,21	19,4
1998	1,16	1,66	21,3
1999	1,81	9,12	32,4
2000	1,83	6,21	40,6
2001	2,35	7,94	51,8
2002	2,92	12,18	70,3
2003	3,08	8,93	85,5
2004	2,93	6,27	97,1
2005	2,43	4,93	106,9
2006	2,18	2,05	111,1

2007	1,95	4,6	120,8
2008	1,83	6,07	134,2
2009	2,00	3,95	143,5
2010	1,76	6,24	158,6

Fonte: IPEADATA

Através do câmbio valorizado, o Brasil tem tido acesso aos produtos importados a preços mais baixos, o que garante que a inflação, ao menos nos produtos importados, se mantenha estável, considerando um cenário em que não há mudança nos preços internacionais, possibilitando uma nova rodada de modernização dos padrões de consumo.

Por outro lado, e mais importante, a valorização cambial gera sérios problemas para o país. Uma valorização tem dois efeitos negativos principais: deterioração na balança comercial e perda de competitividade internacional do país que valoriza sua moeda.

O efeito da deterioração na balança comercial no Brasil desde 2003, entretanto, tem sido neutralizado. Isso ocorre principalmente porque o comércio do Brasil com a China vem se aprofundando numa escala muito elevada. O gigantesco crescimento chinês, levando ao deslocamento de milhões de pessoas do campo para a cidade, tem gerado forte demanda por alimentos e recursos energéticos. Essa demanda, juntamente com a bolha especulativa que tem se observado, ocasiona forte inflação no preço dos alimentos.

“A expansão das exportações brasileiras, embora tendo ocorrido de forma generalizada, teve no crescimento das *commodities* (primárias e processadas) o seu grande destaque. Isto está associado com o ciclo de preços internacionais desses bens e ao novo papel desempenhado pela China e pelos asiáticos na nova divisão internacional do trabalho” (CARNEIRO, 2010, p.12).

A inflação no preço dos alimentos tem sido encarada no debate brasileiro como uma grande oportunidade de inserção produtiva internacional especializada, devido a um processo conjuntural de reversão do argumento clássico cepalino de deterioração dos termos de troca para produtos primários. Assim, com a valorização das commodities, o Brasil tem conseguido expandir suas exportações tanto em volume quanto em valor. Desse modo, a elevação das importações de produtos estrangeiros efeito da valorização cambial tem sido mais do que compensada pela elevação das exportações, o que torna a balança comercial brasileira superavitária em todos os anos desde 2003.

TABELA 3: Balança comercial

BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA			
	Exportações	Importações	Saldo
2003	73.203	48.326	24.877
2004	96.678	62.836	33.842
2005	118.529	73.600	44.929
2006	137.808	91.343	46.465
2007	160.649	120.621	40.028
2008	197.942	173.197	24.745
2009	152.995	127.647	25.348
2010	201.915	181.649	20.266

Dados em Milhões de
US\$

Fonte: IPEADATA

A preocupação principal dessa pesquisa se dá com relação ao segundo efeito da valorização cambial: A perda de competitividade internacional do Brasil, focando principalmente seus efeitos sobre a desestruturação das cadeias produtivas, cujos impactos tem sido aumentados pela ampliação do comércio especializado com a China, o qual será mais bem discutido no capítulo 3.

No próximo capítulo será discutida a inserção mundial da China no período recente, destacando sua participação crescente nas cadeias de produção globais.

3. CAPÍTULO 2: O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA CHINA

Este capítulo trata inicialmente de forma breve sobre alguns elementos da história da China, destacando alguns pontos acerca de sua formação histórica, econômica e social. Em seguida serão abordados aspectos com relação às mudanças políticas e econômicas no século XX que resultaram na abertura da economia da China ao final da década de 1970. Tal abertura inseriu a China no sistema capitalista internacional. Por fim, ao final do capítulo será abordada a expansão do comércio chinês resultante do seu processo de industrialização, que resultou no aprofundamento das relações comerciais com países como o Brasil, e os impactos da estratégia chinesa na questão do desenvolvimento.

3.1. Breve discussão sobre a história da China

A China¹⁴ é um país cuja civilização remota à antiguidade, sendo uma das maiores e mais antigas civilizações ainda em existência. Uma sociedade tão antiga possui especificidades culturais, sociais e econômicas extremamente complexas, sendo uma fonte infindável de informações para os sinólogos e curiosos que buscam encontrar em uma sociedade tão diversa da ocidental elementos que ajude-nos a compreender a nossa própria civilização ocidental.

“A China é não só uma das mais antigas, mas foi durante muito tempo a maior civilização do mundo, tendo inclusive, segundo alguns autores, superado Roma” (FAIRBANK, 2008, p.25)

Devido à crescente importância da China contemporaneamente no cenário econômico global, a curiosidade acerca desse país tem aumentado em todo o mundo. Faz-se necessário então retomar alguns dos principais aspectos dessa sociedade, colocando alguns elementos relacionados a sua formação. É importante assim levantar alguns elementos da história da China que possam ajudar na compreensão dos condicionantes que levaram à emergência dessa nova potência.

Um ponto relevante colocado por diversos historiadores é acerca da observância de uma certa alternância entre momentos de abertura e fechamento da China em relação ao mundo.

“Ao longo do século, a China experimentou o ritmo dos ciclos pendulares de abertura e fechamento em relação ao mundo exterior. Os períodos de abertura corresponderam à hegemonia das elites político-militares e do poder territorializado. O conflito entre essas tendências refletiu a disputa entre as dinastias e a burocracia confuciana de Pequim, de um lado, e os empreendedores dos portos do Leste e Sudeste, de outro.” (MAGNOLI, 2004, p.)

¹⁴ Leitura em chinês tradicional 中國 (Zhōngguó)

A civilização chinesa teve origem nas margens do rio amarelo¹⁵ na planície chinesa do norte. A etnia predominante da China é a etnia Han¹⁶ (汉), que envolve mais de 90% da população chinesa. Sendo o sistema político antigo da China baseado em dinastias (monarquias hereditárias), a primeira foi a dinastia Xia em aproximadamente 2000 a.C. durando cerca de 4000 anos até o fim da dinastia Qing em 1912, sendo a última dinastia antes da instauração da república.

Até o Séc. XIX, o governo imperial chinês da dinastia Qing adotou uma postura defensiva em relação ao exterior, sendo inclusive os estrangeiros vistos como bárbaros (LANDES, 2003, p. 378). Em especial contra o Imperialismo inglês crescente, resultando dessa postura as duas guerras do ópio, que mostraram os efeitos desastrosos da inserção do imperialismo europeu na China.

Em 1912, a república da China foi estabelecida, encerrando a dinastia Qing. O Kuomintang¹⁷ (Partido nacionalista) proclamou o primeiro presidente da nova república. Entretanto, os problemas políticos não se encerraram, e a China esteve fragmentada durante toda a década de 1910. Somente nos anos 1920 que Chiang Kai-Shek¹⁸ conseguiu reunificar o país sobre seu controle, mudando inclusive a capital para Nanjing.

Durante a segunda guerra mundial, em sua frente asiática, a China entrou em guerra contra o Japão o que inclusive forçou uma aliança interna entre os nacionalistas e os comunistas. Durante a guerra, a China foi invadida pelo Japão, e a região da Manchúria foi anexada ao território japonês¹⁹. Com a derrota do Japão frente aos EUA, a China voltou a integrar os territórios que foram dominados. A guerra teve como saldo a morte de cerca de 20 milhões de cidadãos chineses.

A aliança entre nacionalistas e comunistas, que fora realizada no período da guerra, se rompeu, levando a uma forte disputa interna pelo poder. Assim se instaurou na China uma violenta guerra civil. Tal guerra civil só foi encerrada em 1949 com a revolução comunista organizada pelo Partido Comunista Chinês (PCC)²⁰ liderado por Mao Tsé Tung²¹.

¹⁵ Lê-se 黄河 (Huang Ho), sendo o segundo mais longo rio da China e o 6º maior do mundo.

¹⁷ Leitura 中國國民黨, em pinyin: Zhōngguó Guómíndǒng, foi criado em 1928 por Sun Yat-Zen.

¹⁸ Militar chinês que assumiu a liderança do Kuomintang após a morte de Sun Yat-Zen, reunificou a China enfrentando os “senhores da guerra”.

¹⁹ Pode-se observar mais sobre esse período no filme: “O último imperador” de Bernardo Bertolucci.

²⁰ O partido comunista chinês foi fundado em 1928, e é lido em chinês tradicional como: 中国共产党

Inicialmente após a revolução chinesa, a China recebe grande apoio da União Soviética (URSS), tal apoio se deu via diversos acordos de cooperação em questões como tecnologia, ciências, além de apoio financeiro. Assim, com apoio da URSS a China recupera-se dos estragos gerados pela guerra civil, a qual deixou o país com grandes perdas humanas e materiais.

A partir de 1956, após Nikita Kruchev assumir o poder na URSS, iniciou-se grandes mudanças na condução da política externa soviética pós-Stalin. Assim, realizou-se um forte revisionismo que atingiu a todos os partidos comunistas no mundo.

As relações entre China e URSS então começam a se erodir, com divergências não apenas ideológicas, como em questões estratégicas. Com o fim do apoio financeiro e tecnológico soviético à China, as relações se estreecem.

Iniciou-se então o plano econômico e social conhecido como o “grande salto para frente²²”, o qual logo fracassou, criando divergências dentro do partido. Em 1966 Mao Tsé Tung e seus partidários lançam então a “Revolução Cultural”, que gerou grandes modificações na sociedade chinesa, com vista a neutralizar a crescente oposição que lhe faziam alguns setores menos radicais do partido.

“O pêndulo nas iniciativas do Estado chinês manifestava-se mais uma vez em 1966, quando foi lançada a “revolução cultural”, que tinha por objetivo avançar no rumo do socialismo ao defender uma nova postura de vida, menos burguesa e mais proletária, por meio da extinção de diferenças entre o trabalho manual e intelectual, além de erradicar o burocratismo e o revisionismo dos quadros do Partido Comunista.” (PIRES, 2007, p.7).

Em 1972, a China e a URSS rompem suas relações diplomáticas. Tal fato abriu o caminho para a restauração das relações diplomáticas e econômicas entre China e EUA. Tornou-se inclusive a China um país membro das nações unidas e membro permanente do conselho de segurança da ONU.

²¹ Leitura em chinês tradicional de 毛澤東 (Mao Zeodong), líder político revolucionário chinês.

²² 1958- 1960, tinha como objetivo desenvolver economicamente a economia chinesa, acelerando coletivização do campo e a industrialização urbana.

“A visita de Richard Nixon, em 1972, marcou o reatamento das relações diplomáticas entre China e os Estados Unidos e possibilitou à República Popular da China o ingresso na Organização das Nações Unidas, em substituição à República da China (Formosa). Significou também um sério golpe no bloco liderado pela extinta União Soviética, rachando definitivamente o bloco socialista cujas fissuras tiveram origem nos anos 50 do século XX, quando a postura revisionista de Nikita Kruchev desagradou à liderança chinesa.” (PIRES, 2007, p.3)

Há então uma forte mudança no caráter da política internacional chinesa. A China alinha-se a uma nova posição na estrutura geopolítica, beneficiando-se das relações com os EUA.

“A China potencializou ao máximo o convite dos EUA na medida em que este servia aos seus interesses de contenção da ex-URSS, extensão de soberania sobre seu território e de modernização da economia nacional (Vogel, 1997)” (MEDEIROS, 2000, P.12)

“A lógica da crescente aproximação militar e estratégica entre China e Estados Unidos é baseada na instável norma que guia os praticantes do equilíbrio do jogo de poder: O inimigo do nosso inimigo é nosso amigo” (Kim, 1981, p.438)

Abrem-se então as portas para o início de um forte processo de abertura para o investimento externo que acabou por levar a um grande desenvolvimento industrial. Após a morte de Mao Tsé Tung em 1976, Deng Xiaoping²³, após diversas brigas internas ao partido comunista, toma o poder. O novo líder do PCC repudia a Revolução Cultural e lança a Primavera de Pequim²⁴, trazendo certa abertura na imprensa chinesa e passando por uma ampla abertura diplomática.

“Posteriormente, com a morte de Mao Zedong, os novos líderes do Partido Comunista Chinês mudaram o rumo do país, de maneira pragmática, ao adotar o

²³ Leitura em Chinês tradicional 鄧小平 (*Dèng Xiǎopíng*), liderou o PCC entre 1978 e 1992

²⁴ A Primavera de Pequim (北京之春) representa um breve período da liberalização política da República Popular da China que ocorreu entre 1977 e 1978. O nome é derivado da "Primavera de Praga", um evento análogo que ocorreu na Tchecoslováquia em 1968.

caminho do “socialismo com peculiaridades chinesas” ou “economia socialista de mercado”. (PIRES, 2007, p.4)

O governo de Deng Xiaoping ficou marcado principalmente pelas reformas econômicas de grande magnitude e caráter muito divergente da orientação econômica anteriormente realizada. Ainda que numa relação paradoxal em que, de um lado, o PCC reafirmava os princípios ideológicos do marxismo-leninismo e da ditadura do proletariado²⁵, e por outro, conduzia o país a um processo de inserção na estrutura produtiva internacional através da abertura aos capitais privados internacionais. A partir de então, pode-se dizer que a política externa chinesa passou a se pautar por grande pragmatismo. Dentre as reformas realizadas por Deng Xiaoping no sentido de modificar o antigo paradigma do governo de Mao Tsé Tung, destacam-se as relacionadas às modernizações nos setores da agricultura, industrial, comércio, militar e de tecnologia.

“A orientação geral adoptada foi a da "construção e modernização socialista" através, nomeadamente, da adopção do "programa das quatro modernizações" (agricultura, indústria, defesa nacional e ciência e técnica) que, proposto ainda antes da Revolução Cultural por vários dos actuais dirigentes reformistas, viu a sua implementação impedida por esta Revolução.” (SERRA, 1997, p.2)

A visão de Deng Xiaoping foi muito mais aberta ao diálogo com as potências ocidentais. Assim, instaurou-se na China a máxima de “um país, dois sistemas”, com a inserção de elementos da economia de mercado em território chinês.

“Outro domínio, talvez o principal, de todo o processo de reformas foi a alteração das orientações que até aí tinham comandado as relações econômicas externas. Privilegiava-se agora a abertura da economia chinesa ao exterior através, nomeadamente, da liberalização do acesso de empresas estrangeiras ao mercado nacional como forma de, simultaneamente, modernizar o aparelho produtivo. É neste quadro que se liberaliza também o investimento directo estrangeiro e se reforma o regime de comércio internacional, se regulamenta a associação entre empresas

²⁵ Deng Xiaoping instaurou os “Quatro princípios fundamentais”: Persistência no caminho socialista; ditadura popular-democrática; direção política do PCC; pensamento marxista-leninista e de Mao Tsé-Tung.

chinesas e empresas estrangeiras (*joint ventures*), se criam as Zonas Económicas Especiais (ZEE) (Maio de 1980) e se procede à abertura de determinadas cidades costeiras ao investimento directo estrangeiro (Março de 1984). Terminava assim o desenvolvimento 'para dentro' que caracterizara o período desde 1949 até 1978, substituindo-o por uma estratégia de desenvolvimento mais aberta ao mercado internacional.” (SERRA, 1997, P.4)

A China então, sob o comando de Deng Xiaoping, realiza a abertura de sua economia. Em 1980 cria as Zonas Econômicas Especiais (ZEE), as quais constituíam de regiões com leis próprias no que tange à participação das empresas privadas estrangeiras. As ZEE foram marcadas pela abertura de mercado ainda que com forte participação estatal, uma produção industrial diversificada para exportações e mão de obra ambulante aliada à isenção de impostos, o que atraiu fortemente as empresas internacionais.

“A política de atração de investimentos foi baseada em tratamentos administrativos preferenciais e redução e isenções tarifárias naquelas indústrias para as quais o IDE foi considerado desejado: setores exportadores e setores alvos de política de substituição de importações. Dentre as políticas para as empresas estabelecidas nas zonas econômicas, as mais destacadas foram as que estimularam a entrada de empresas no setor produtivo, com projetos acima de 10 anos. Com o sucesso dessas experiências, o número de zonas alvos de políticas especiais foi aumentando na faixa costeira do país e foram estabelecidas as Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, cujo foco era incentivar os investimentos estrangeiros em tecnologia para o desenvolvimento dos setores de energia e transportes.” (ACIOLY, 2007, p.10)

Com o processo de abertura econômica em 1979, o investimento direto externo (IDE) passou a ser considerado pelo governo chinês como a maneira mais eficiente de alcançar seus objetivos principais de elevar a relevância da China no comércio internacional, introduzir novas tecnologias e modernizando suas técnicas administrativas.

Foi então com o intuito de atrair capitais internacionais para seu território que o governo comunista chinês criou as ZEE. Assim, em 1980 a China estabeleceu quatro ZEE: Shenzhen, Zhuhai, Xiamen e Shantou, localizadas em Guandong. No entanto os investimentos estrangeiros

não entraram na China logo de início, mas só começaram a entrar de maneira consistente a partir do fim da década de 1980.

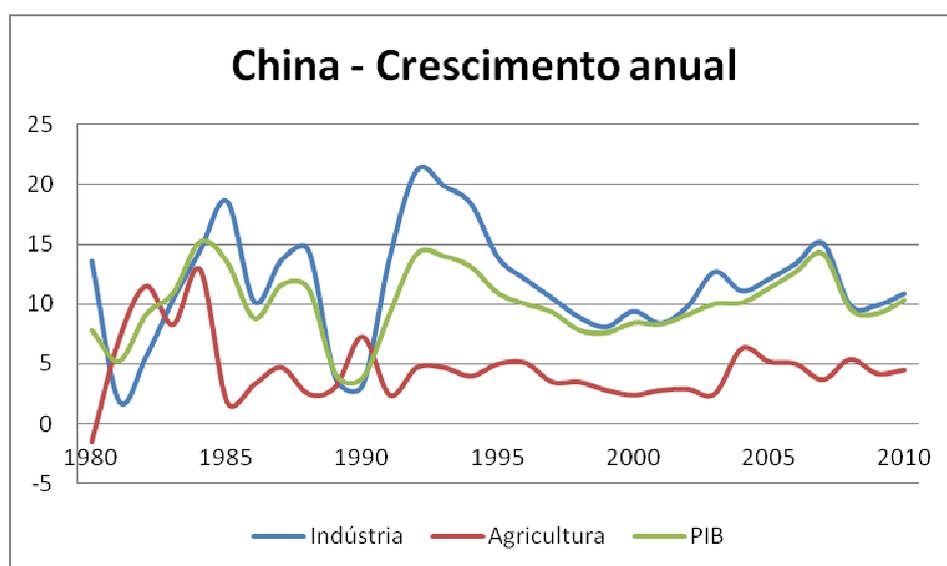
As ZEE assim atraem investimentos estrangeiros, oferecendo vantagens de custo, mão de obra e isenção fiscal. Uma infinidade de empresas estrangeiras, beneficiando-se das vantagens oferecidas pelo governo Chinês, passaram a ocupar as regiões do litoral leste da China. É fundamental destacar a importância das empresas transnacionais na questão do crescimento das exportações chinesas, principalmente após a criação das ZEE.

“As exportações chinesas cresceram a uma taxa anual de 15%, entre 1989 e 2001. Em 1989, as filiais estrangeiras contabilizavam menos de 9% do total das exportações e, em 2002, respondiam por metade do total. Na indústria de transformação, a participação das filiais estrangeiras no total das exportações no ano de 2000 foi de 91%, particularmente em alguns setores de alta tecnologia, como eletrônicos, automação e processamento de dados e telefonia móvel.” (ACIOLY, 2007, P.29)

Tais reformas, baseadas nas resoluções do partido comunista, colocaram a China numa nova rota de desenvolvimento, beneficiada por sua situação geopolítica, no embate entre USA e URSS. Dessa forma, a China soube conduzir uma política de interesse obtendo vantagens importantes especialmente em relação a concessões realizadas pelos EUA. Tais vantagens resultaram na forte entrada de empresas e capitais de EUA e Japão, fortalecendo as ZEE e, concomitantemente, o crescimento Chinês.

“Privilegiava-se agora a abertura da economia chinesa ao exterior através, nomeadamente, da liberalização do acesso de empresas estrangeiras ao mercado nacional como forma de, simultaneamente, modernizar o aparelho produtivo. É neste quadro que se liberaliza também o investimento directo estrangeiro e se reforma o regime de comércio internacional, se regulamenta a associação entre empresas chinesas e empresas estrangeiras (*joint ventures*), se criam as Zonas Económicas Especiais (ZEE) (Maio de 1980) e se procede à abertura de determinadas cidades costeiras ao investimento directo estrangeiro (Março de 1984). Terminava assim o desenvolvimento 'para dentro' que caracterizara o período desde 1949 até 1978, substituindo-o por uma estratégia de desenvolvimento mais aberta ao mercado internacional.” (SERRA, 1997, p.2)

Assim inicia-se uma nova era para os pensadores chineses. Os debates atuais então colocam a seguinte questão: A China é uma economia que se mantém socialista, criando uma forma híbrida chamada “Socialismo de Mercado”, ou se é uma economia capitalista que superexplora sua mão de obra, conforme defende a esquerda?



Fonte: Banco mundial. Gráfico: Elaboração própria

Gráfico 1: Crescimento anual da China

A China passou a expandir sua estrutura industrial, passando a atingir taxas de crescimento muito elevadas mesmo para o padrão da época, com média de 10% nos últimos 30 anos (1980-2010).

3.2. China recente, o forte crescimento industrial

Indispensável para compreender as mudanças que ocorreram na China envolvendo a entrada na década de 1980 é entender o movimento ocorrido no Japão. Este foi o país que, com ajuda dos capitais norte americanos, mais cresceu no período do pós-guerra até meados da década de 1980. Entretanto, no final dos anos 1980 e durante os anos 1990 e 2000, o crescimento japonês sofreu forte inflexão.

Assim, a economia japonesa passou por duas fases antagônicas desde o final da segunda guerra mundial. Inicialmente, entre os anos 1950 e 1980, esta cresceu a taxas muito elevadas e se inseriu virtuosamente no sistema econômico internacional via fortes investimentos de reconstrução realizados pelos Estados Unidos²⁶. O modelo organização internacional do período ficou conhecido na literatura como “*Bretton Woods*”²⁷ – Período da *Golden Age*, do sucesso das políticas intervencionistas keynesianas de pleno emprego, na fase de auge do *Welfare State*.

Já no emergente contexto da globalização, a inserção japonesa inicialmente manteve altas taxas de crescimento. Assim perdurou até meados da década de 1980, quando a trajetória virtuosa da economia japonesa – a qual conseguiu desfrutar de todos os benefícios do *Welfare State* - passa a entrar em declínio.

A inserção japonesa na globalização no período 1990-2010 ficou marcada por baixo crescimento, elevada dívida interna e um raro caso de deflação de bens e serviços²⁸.

A partir de 1985, a situação de crescimento japonês começou a se inverter com a realização do acordo do Plaza²⁹. Neste, os americanos conseguiram via G5³⁰ que houvesse uma valorização coordenada das moedas do grupo frente ao dólar. Dessa forma, busca-se analisar como essa mudança na moeda japonesa impactou em suas exportações. Tal medida acabou por prejudicar fortemente a competitividade japonesa nos anos seguintes.

²⁶ Plano Colombo, iniciado em 1951 em vista da reconstrução do sudeste asiático.

²⁷ Bretton Woods, acordo realizado em 1946, após a segunda guerra mundial, estabeleceu um período de organização do comércio e dos fluxos de investimento mundial em que perduravam os controles por parte do governo. Foi o período de em que o keynesianismo imperou como política econômica.

²⁸ Desde 1997 até 2010 os índices de preços oficiais do Japão se encontram em patamares negativos.

²⁹ Acordo realizado em Setembro de 1995 entre os governos do G5 com a intenção de depreciar o dólar Americano perante do Yen e o Marco alemão via intervenção no mercado monetário.

³⁰ Japão, Estados unidos, França, Alemanha Ocidental e Reino Unido

“Yoichi Funabashi, em seu livro *Managing the Dollar: From the Plaza to the Louvre*, afirma que o acordo do Plaza foi uma resposta às pressões protecionistas já disseminadas no Congresso americano. Os japoneses foram obrigados a engolir a valorização do yen, o que, por um lado, afetou suas exportações para a área de predominância da moeda americana e, por outro, causou sérios prejuízos para os bancos, corretoras e seguradoras que carregavam em suas carteiras ativos em dólar”. (BELLUZZO, 2005).

Com vista a minimizar tal perda de competitividade, o Japão passa a exercer uma política de investimentos direto estrangeiro (IDE) nos países da região, como Coréia, Taiwan, Cingapura e China, cujas taxas de câmbio de suas moedas frente ao dólar se encontravam em patamares mais desvalorizados, o que garantia maior competitividade a esses países frente à demanda americana.

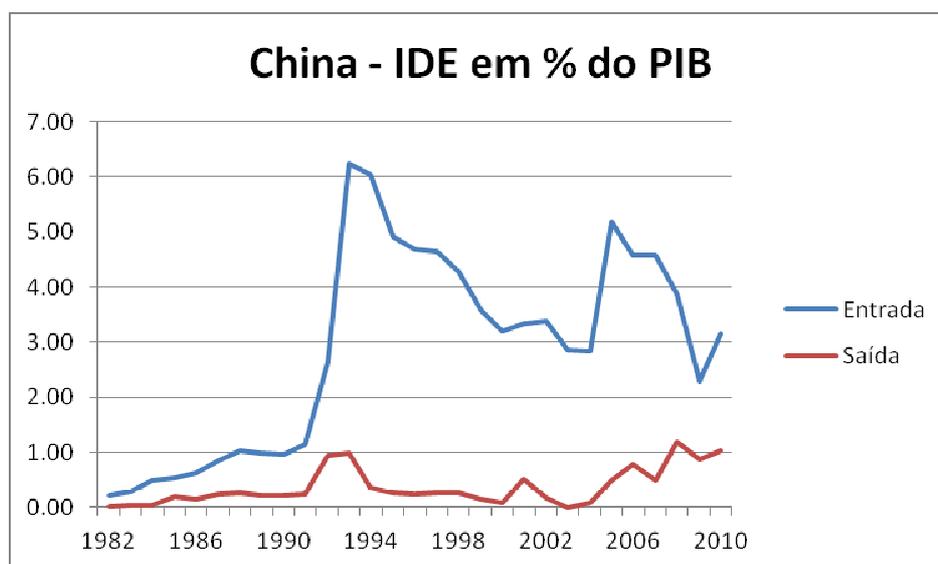
“A transformação do Japão nos anos imediatos ao Acordo de Plaza no maior investidor internacional constituiu uma estratégia de ajustamento estrutural aos novos alinhamentos macroeconômicos. Sob intensa pressão comercial exercida pelo EUA e perda de competitividade de suas exportações o Japão intensifica um processo de deslocamento produtivo em direção aos países do leste e sudeste asiático” (MEDEIROS, 2008).

Assim, houve deslocamento desses capitais japoneses para outros países asiáticos. Sendo que a China muito se beneficiou desses deslocamentos de capitais, tornando-se um forte receptor desses fluxos. Conforme então observado acima, os capitais japoneses foram fundamentais para compreender o financiamento da industrialização da China. Esse modelo asiático de crescimento Medeiros (1997) denomina como paradigma dos “gansos voadores”.

No paradigma citado acima, a liderança do Japão, devido a conjunturas como a desvalorização do dólar frente ao Yen, levou a uma migração de fluxos de capitais para países da região, os primeiros NICs³¹, ou tigres de primeira geração. O desenvolvimento industrial dos NICs levaram a pressões externas por valorização de suas moedas, o que acabou por gerar uma segunda onda de investimento na Ásia para os segundos NiCs.

³¹ New Industrialized Countries, corresponde à primeira leva de tigres asiáticos.

Assim, a China avançou na sua estratégia de desenvolvimento, denominada pela Unctad como estratégia “Trade Account”, ou estratégia *Export-Led Growth*. Esta consiste no fato do país ter avançado numa inserção internacional através da expansão do lado das transações correntes do balanço de pagamentos, em oposição à estratégia “Capital Account” – ou *Finance-Led Growth*, realizada pelos países da América Latina, os quais inseriram-se na globalização através da abertura da sua conta de capitais, via liberalização e desregulamentação financeira.



Fonte: Banco mundial. Gráfico: Elaboração própria

Gráfico 2: IDE chinês em % do PIB

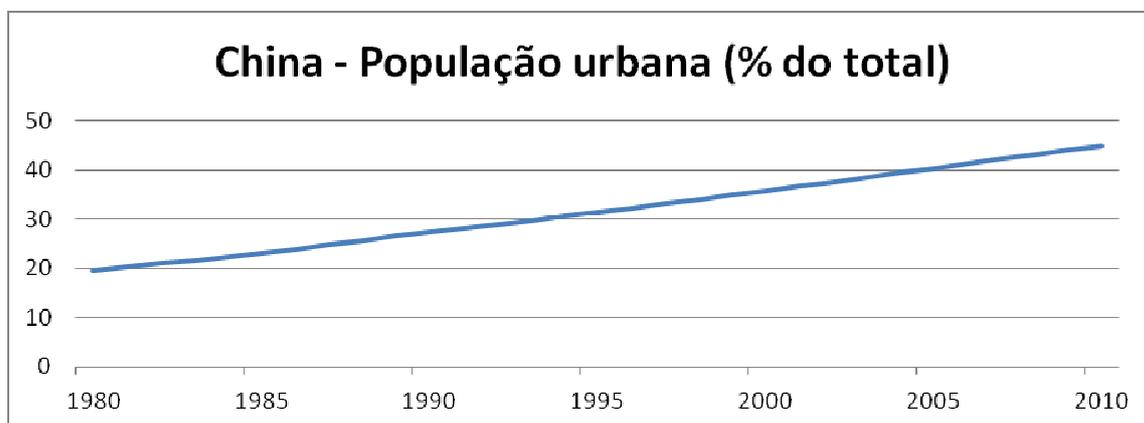
É notável como após o início da década de 1990, observa-se uma maciça entrada e IDE para a China. Tal fato é resultado, por um lado, do processo descrito acima das ondas de investimento intra-asiáticas já discutida. Por outro, a crescente busca de vantagens de custo fizeram com que empresas americanas e européias deslocassem, através de um processo de desverticalização produtiva, as suas estruturas produtivas para a China via IDE. Pode-se assim iniciar uma forte política de fomento industrial, através de uma política macroeconômica que buscava ativamente proteger a indústria nacional.

“Na China claramente segmentou-se os dois regimes (proteção do mercado interno e promoção de exportações) e liberalizou-se o acesso aos investimentos externos antes

da liberalização das importações. À proteção tarifária, soma-se a proteção natural do interior da China precariamente interligado pelo sistema ferroviário e rodoviário.” (MEDEIROS, 2000, p.10)

Importante então destacar a expansão que a China teve nos anos 2000, aumentando sua área de ação econômica para além de suas fronteiras e de sua região, não só enviando produtos chineses para o mundo todo, como também buscando uma nova estratégia de busca por recursos naturais e energéticos em continentes como África e América do Sul.

Conforme se pode observar na Gráfico 1, a quantidade de IDE que entra na China é muito superior ao investimento que a China realiza fora de seu território. Entretanto, observa-se uma tendência de crescimento, principalmente a partir de 2003. Isso, pois a busca da China por novos mercados surge como estratégia - sendo este um ponto importante nessa pesquisa. A crescente urbanização chinesa, com milhões de habitantes migrando para as cidades anualmente, tem levado a uma demanda crescente por recursos naturais, alimentos e energia. Assim, em busca da sustentabilidade econômica, a China precisa encontrar áreas fora de seu território que lhe possam fornecer os recursos necessários.



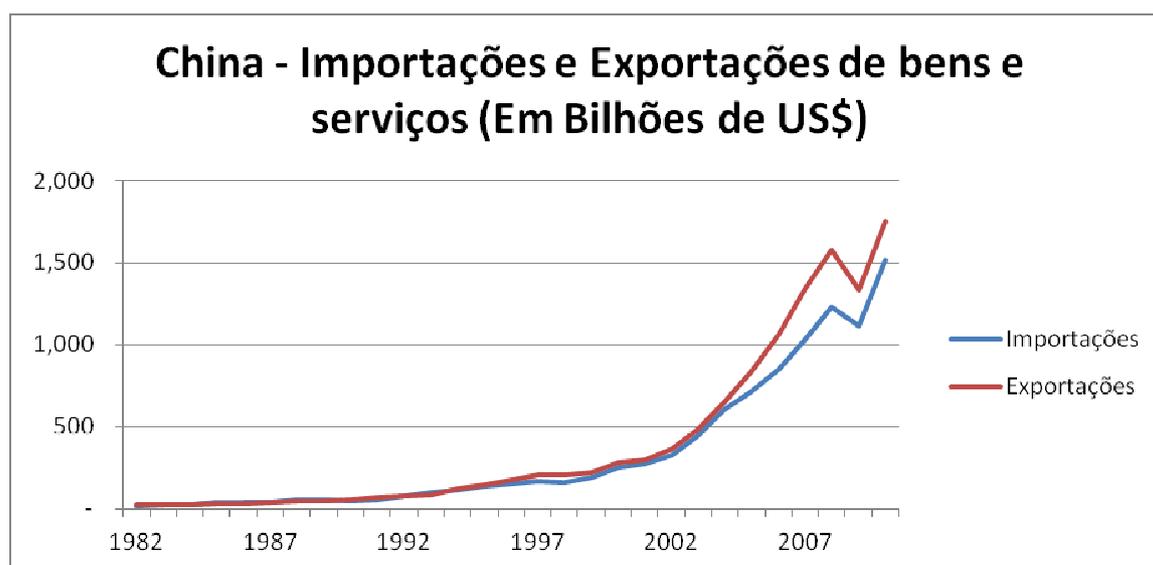
Fonte: Banco mundial. Gráfico: Elaboração própria

Gráfico 3: População urbana da China

A pressão demográfica chinesa para as cidades pode ser observada na Gráfico 2, acima, que mostra como em 30 anos a participação da população chinesa que vive nas cidades passou de 20% para 45%. Considerando uma população de 1,3 bilhão de pessoas, tal migração campo-

cidade corresponde à mobilidade de cerca de 300 milhões de pessoas. O reflexo de tal migração está na demanda crescente por alimentos e energia, que tem pressionado nos últimos anos os preços das commodities para valores nunca antes observados.

Devido à dificuldade legal, jurídica, e mesmo por resistência das populações européias e norte-americanas, a China passa a voltar seus interesses para os continentes da Ásia e da América Latina. Esses dois continentes então se tornam peças fundamentais na nova engrenagem do comércio mundial que vai se desenhando. Nessa nova engrenagem, de forma muito simplificada, pode-se colocar que a China se apresenta como a grande fornecedora de produtos manufaturados e industrializados do mundo, a Europa e os EUA como os grandes consumidores, enquanto cabe à América Latina e à África o papel de fornecedor de recursos naturais, energéticos e alimentícios.



Fonte: Banco mundial. Gráfico: Elaboração própria

Gráfico 4: Importações e exportações de bens e serviços

É com base no contexto descrito acima que o aumento do comércio entre Brasil e China se insere. Em busca de recursos, a China passa cada vez mais a importar produtos naturais do Brasil, como Ferro e Soja. Ao mesmo tempo, os produtos industrializados chineses entram cada vez mais no Brasil, competindo com os produtores nacionais e com os produtores estrangeiros instalados.

A importância da China tanto como importador como exportador é crescente, como já destacado devido à sua estratégia *Export-Led Growth*. Na Gráfico 3 pode-se ver o comportamento exponencial do aumento dos níveis de importação e exportação da China, que já vem a ocupar, junto com a Alemanha, o posto de principal fornecedor de produtos manufaturados ao mundo. Durante a crise de 2008, tanto importação quanto exportação chinesa deram uma certa arrefecida. Entretanto, a recuperação se mostrou rápida, e a tendência é de aumento cada vez maior da inserção produtiva chinesa no mundo.

3.3. A China e a questão do desenvolvimento

Por fim, é importante tentar adequar a situação chinesa na discussão já realizado ao início do primeiro capítulo sobre o desenvolvimento. Discussão essa realizada pelos autores clássicos. Alguns elementos discutidos então serão retomados com vista a uma interpretação da situação atual chinesa.

É fundamental destacar, inicialmente, a relevância da formação de um estado nacional para a internalização dos centros internos de decisão realizada no governo chinês. E colocar o fato de que a independência relativa que o Estado chinês possui em relação ao contexto externo não é mero fruto do acaso.

Na América Latina não houve³² grandes mudanças políticas populares, com revoluções nem “burguesas”, muito menos “proletárias”. A composição de forças nos países latino americanos reflete ainda algumas formas tradicionais de dominação que remontam aos tempos da colonização, em que se observa uma elite que está diretamente ligada ideologicamente e culturalmente aos interesses das potências hegemônicas exteriores, e uma grande massa de população pobre, pouco instruída, e com escasso acesso a um sistema de mobilidade social. Dessa forma, a questão da dependência externa nas economias Latino Americanas se torna um problema grave. Este é também um problema de difícil solução, pois além de se tratar de uma dependência econômica – reforçada na época da globalização devido á integração financeira – Trata-se também de dependência ideológica³³.

Por outro lado, na China houve a realização de uma revolução popular, que trouxe um longo e violento período de guerra civil. Isso combinado posteriormente com uma revolução cultural que buscou extinguir o domínio ideológico ocidental sobre a sociedade chinesa. Esse sangrento processo resultou na emergência de um Estado forte, com uma autonomia que pouco se observa na América Latina. O Estado chinês, dessa forma, pôde avançar em reformas econômicas sem perder controle sobre seu processo de desenvolvimento.

Tal autonomia adquirida pelo governo chinês deu margem para a realização da forte política industrial. Observando pragmaticamente, seria muito difícil politicamente para uma país como o Brasil manter sua taxa de câmbio artificialmente desvalorizada como o faz a China. A

³² Com exceção de pequenos países como Cuba e Haiti

³³ É importante ressaltar o elevado número de economistas policy makers que estudam em universidades norte americanas adotando os princípios liberais e ideológicos por lá preconizados.

especificidade das condições históricas e políticas se tornam aspectos fundamentais para compreender como o governo chinês pode caminhar numa estratégia produtiva virtuosa, enquanto a América Latina ficou estagnada, reduzindo sua participação na economia mundial.

Devido em grande parte à sua revolução popular, a China pôde criar bases para a internalização de centros de decisão que possibilitaram a realização de políticas macroeconômicas, industriais, de competitividade, contrastando fortemente com as cartilhas pregadas pelos países centrais ocidentais defensoras do bom comportamento dos “fundamentos macroeconômicos”.

Assim sendo, o governo chinês pôde realizar uma política pragmática de defesa de seus interesses, controlando variáveis fundamentais para a realização de uma política industrial relevante: Câmbio, juros, salários, etc... E continuar em parte num processo de desenvolvimento – pensando este como já definido inicialmente neste trabalho: Como o controle sobre a mudança.

“Ao longo dos anos 80s na China o investimento bruto situou-se acima de 35% do PIB mas com forte aceleração a partir de 1985 quando se registrou, por mais de 3 anos seguidos, impressionantes taxas de 40% da renda” (MEDEIROS, 2000, p.5)

É fundamental para compreender a estratégia chinesa de desenvolvimento também destacar a grande relevância dos investimentos estatais. A participação do estado na economia como coordenador, regulador, e investidor são frutos de um elevado grau de autonomia e de perspectivas de longo prazo.

É interessante fazer uma breve comparação de como as noções de propriedade pública divergem na China e na América Latina. Enquanto no primeiro a estratégia pública é vista como fundamental para guiar e levar ao desenvolvimento nacional, para os latino americanos, o estado não passa de um agente ineficiente, um “mal necessário”, que atrasa o desenvolvimento do capitalismo.

Apesar da autonomia adquirida pelo governo chinês que o possibilitou avançar numa política industrial relevante via ZEE, é importante destacar por fim que a China não rompeu com os padrões de modernização. A discussão realizada no começo desse trabalho colocava a questão da incapacidade de se romper com os padrões de modernização na América Latina. Na China, a opção adotada também não rompeu com tais padrões, os produtos produzidos ainda são

aqueles cuja demanda prévia vêm do centro do sistema, a independência em pesquisa e desenvolvimento ainda está longe de ser adquirida. O desenvolvimento chinês se deu à base da cópia das indústrias estrangeiras localizadas nas ZEE através do processo de “engenharia reversa”.

“A mudança estrutural nos padrões de consumo foi intensa. Em 1978 os bens duráveis de consumo eram 4: máquina de costura, bicicleta, relógio e rádio. A produção destes bens cresceu moderadamente entre 1978 e 84 e a taxas reduzidas entre 1984 e 90. Os "novos 5", geladeira, televisão, gravador, máquina de lavar e ventilador, tiveram taxas de crescimento explosivas entre 1978 e 1984 e elevadas entre 1984 e 1990.” (MEDEIROS, 2000, p.3)

Dessa forma, é ainda imprudente considerar a China, um país dito pelo Banco Mundial um país “em desenvolvimento”, um país do centro do capitalismo. Isso não apenas pela sua baixa renda per capita, mas também pela falta de independência tecnológica que a permitiria se adequar um padrão de modernização que responderia aos anseios de sua população, e não à demanda de países culturalmente, socialmente, politicamente e ideologicamente tão dela diferentes.

4. CAPÍTULO 3: A RELAÇÃO ENTRE BRASIL E CHINA

Neste capítulo será realizada a discussão dos impactos do comércio entre Brasil e China na estrutura industrial brasileira. Inicialmente será realizada a análise do comércio entre os países estudados, observando sua evolução no período recente, baseado no texto IPEA(2011). Em seguida, será realizada a análise através de dados do impacto do comércio Brasil-China nas cadeias industriais brasileiras. Será realizada a discussão dos impactos através da perspectiva do desenvolvimento de Celso Furtado junto à conclusão da pesquisa.

4.1. O comércio Brasil – China

Toda a discussão dos capítulos anteriores se deu com o intuito de caracterizar as estruturas de Brasil e China, buscando mostrar como tais países evoluíram historicamente no seu desenvolvimento econômico recente. A partir das caracterizações observadas nos capítulos acima, é possível então fazer a ligação entre a discussão da inserção brasileira na globalização, realizada no capítulo 1 com a do desenvolvimento industrial chinês, realizada no capítulo 2, em busca de compreender as conseqüências que tais processos ocasionaram na estrutura industrial brasileira.

Desde a década de 1990, conforme observado no capítulo 2, a China passou a aumentar exponencialmente sua inserção no comércio internacional, expandindo tanto suas importações quanto exportações, além do IDE. Nos anos 2000 a China então iniciou um processo de expansão econômica em busca de encontrar países que lhe pudessem fornecer recursos naturais e energéticos para lhe garantir suficiência em recursos básicos, sustentando assim um crescimento em cerca de 10% a.a. sem comprometer sua segurança alimentar e energética.

“É importante salientar que as prioridades dos investimentos chineses no Brasil é parte de uma estratégia maior de expansão da internacionalização de suas empresas, consolidada na política governamental de Going Global de 2002, cujas diretrizes obedecem a objetivos tanto econômicos como geopolíticos. Para a América Latina (e alguns países da Ásia) o interesse primordial da China tem sido conseguir acesso a extração e produção de recursos naturais e energia (petróleo, cobre e ferro), para suprir sua demanda interna e alimentar o ritmo de expansão de seu crescimento, e mais recentemente tem incluído investimentos em montagem de manufaturados, telecomunicações e têxtil” (IPEA, 2011, p.10)

O Brasil historicamente é um país cuja presença de recursos disponíveis para produção é marcante, a disponibilidade de terras, de recursos minerais e de mão de obra tornam o país um dos principais potenciais produtivos do planeta. Assim sendo, a necessidade do governo chinês em garantir fontes de recursos naturais aliada à disponibilidade de recursos no território brasileiro e à ânsia por novos investimentos dos governos nacionais teve como conseqüência uma grande expansão nas relações comerciais e de investimento entre Brasil e China. Tal

crescimento do comércio entre Brasil e China pode ser mais bem exemplificado através da observação da tabela 4.

Tabela 4: Relações comerciais

TABELA DAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL, CHINA E RESTO DO MUNDO

Exportações do Brasil em Bi de dólares									
Destinatário	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	%Cresc.
China	2.1	3.7	4.8	7.4	11.4	18.8	14.1	24.5	1141.3
Mundo	48.6	63.0	77.5	95.3	123.2	175.6	128.3	193.9	398.7
Economias desenvolvidas	29.3	36.6	41.2	48.7	62.6	85.5	65.5	91.3	311.7
P.E.D. excluindo China	16.7	22.0	30.6	38.1	46.7	67.4	47.0	75.3	452.2
Exportações da China em Bi de dólares									
Destinatário	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	% Cresc.
Brasil	4.5	5.4	6.8	8.4	10.7	16.4	20.2	30.8	679.1
Mundo	378.2	497.1	593.9	720.0	861.1	1002.3	925.2	1305.0	345.0
Economias desenvolvidas	146.1	187.1	209.2	258.2	310.9	360.2	347.6	471.6	322.8
P.E.D. excluindo Brasil	216.1	290.5	360.4	432.2	517.0	594.5	531.9	766.0	354.4

Fonte: Unctadstat. Tabela: Elaboração própria

Conforme pode ser observado na tabela 4, que trata do período mais recente 2003-2010, delimitação temporal dessa pesquisa, tanto as exportações brasileiras quanto chinesas aumentaram para todo o mundo a elevadas taxas. Ainda mais, o crescimento do comércio entre Brasil e China foi muito superior ao aumento das exportações desses países para o resto do mundo. A taxa de crescimento das exportações do Brasil para a China, no período de 8 anos, chega a 1141,1%, saltando do montante de 2,1bi de dólares em 2003 para 24,5 bilhões em 2010. Já as exportações da China para o Brasil cresceram no mesmo período em 679,1%, superior ao crescimento das exportações chinesas para as economias desenvolvidas (+322,8%) e para os outros países em desenvolvimento (+354,4%).

Dessa forma, como o crescimento das exportações do Brasil para a China foi muito superior ao para os países desenvolvidos e aos outros países em desenvolvimento, a importância da China no comércio internacional brasileiro é crescente. O crescimento dessa relação foi tamanho que em 2009 a China se torna o principal parceiro comercial brasileiro, superando Argentina e EUA. Isso explica em grande parte o fortalecimento das relações políticas entre Brasil³⁴ e China.

“Em 2000, os 10 principais destinos das exportações brasileiras eram em ordem decrescente: Estados Unidos, Argentina, Holanda, Alemanha, Japão, Itália, França, Bélgica, México e Reino Unido, os quais respondiam por 66% das exportações brasileiras totais (Gráfico 3). Em 2010 esse quadro apresentou duas mudanças importantes: i) uma maior desconcentração geográfica, com os 10 maiores destinos das exportações contabilizando 55,3%; e ii) a confirmação da China como maior destino das exportações brasileiras – posição alcançada já em 2009 quando deslocou os Estados Unidos – absorvendo 15,2% do total exportado pelo Brasil.” (IPEA, 2011, p.5)

Deve-se destacar que os números acima apresentados dizem respeito ao saldo total do comércio, não o especificando qualitativamente. A expressão quantitativa pode dar uma proxy da dinâmica da magnitude do comércio, mas ela por si só é irrelevante para compreender o que de fato ocorre na relação de hierarquia que se constitui. Para compreender as características do comércio Brasil-China é então necessário abrir a estrutura comercial entre os dois países, analisando qualitativamente os produtos comercializados, em busca de um retrato fiel da posição que cada um dos dois países vem adquirindo não só no comércio entre eles, mas também numa nova divisão internacional do trabalho que tem emergido na primeira década do terceiro milênio.

“A ampliação das relações comerciais, financeiras (especialmente IDE) e produtivas entre China e Brasil vem se configurando num momento de significativas transformações internacionais – mudanças na divisão internacional do trabalho, nos fluxos comerciais e financeiros e nas arenas políticas internacionais –, que alteram o

³⁴ Inclusive a primeira viagem internacional do novo governo de Dilma Rousseff foi para a China, em 2011, o que destaca a crescente importância da relação Brasil-China.

status de determinados Estados nacionais na hierarquia do sistema mundial. Retorno e emergência de atores nos espaços de disputa econômica e política global, tais como o Brasil, a Rússia, a Índia e, notadamente, a China.” (IPEA, 2011, p.12)

Para tanto é interessante observar tal comércio a partir do grau de intensidade tecnológica dos produtos comercializado, conforme realizado na tabela 5 abaixo.

Tabela 5: Intensidade tecnológica dos produtos

Comércio Brasil - China por intensidade tecnológica dos produtos									
Brasil -> China									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	% Crescimento
Commodities Primárias	2993.2	4242.5	5400.7	7062.7	9131.9	14524.5	17610.2	28588.0	955.1
M. intensiva em trabalho	187.5	240.3	287.6	426.0	530.7	444.4	325.3	469.2	250.2
M. baixa intens. tec.	775.9	445.9	564.4	205.6	355.1	540.0	1065.8	598.6	77.2
M. média intens. tec.	433.1	344.5	352.9	390.2	326.2	368.0	216.1	306.7	70.8
M. alta intens. tec.	138.2	159.4	218.5	304.0	340.8	507.5	942.4	784.0	567.2
China -> Brasil									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	% Crescimento
Commodities Primárias	390.8	602.7	394.9	368.1	739.7	1648.1	360.5	1104.4	282.6
M. intensiva em trabalho	358.8	682.6	865.7	1316.7	1867.8	2777.6	2411.1	4195.6	1169.3
M. baixa intens. tec.	101.9	229.5	317.3	628.6	1161.0	2154.7	1314.2	3035.8	2980.5
M. média intens. tec.	386.6	641.2	971.2	1635.8	2622.5	4679.8	3759.2	6909.8	1787.3
M. alta intens. tec.	848.2	1413.2	2147.9	3243.7	4770.1	7195.5	5918.1	8685.0	1023.9

Fonte: Unctadstat. Tabela Elaboração própria

A partir da tabela 5, apesar do crescimento quantitativo, podem-se observar fortes assimetrias na evolução do comércio entre Brasil e China entre 2003 e 2010. Inicialmente tomando as exportações do Brasil para a China, é fundamental destacar a forte presença de commodities primárias, com mais de 90% de participação, e crescendo 955,1% em 8 anos. Podem-se então tirar duas conclusões dessa observação: Inicialmente o elevado grau de especialização brasileiro no comércio em produtos de muito baixa intensidade tecnológica, e em seguida que tal especialização tem se aprofundado nos últimos anos.

Já nas exportações da China para o Brasil, observou-se forte crescimento da presença de produtos manufaturados – principalmente de baixa intensidade tecnológica, que cresceu na elevadíssima cifra 2980,5% em 8 anos. Ainda prevalecem em participação das exportações para o Brasil os produtos de alta intensidade tecnológica, que cresceram 1023% em 8 anos, e ainda respondem por mais de 36% das exportações para o Brasil, enquanto o menor crescimento é o da exportação de commodities primárias, crescendo 282,6%, correspondendo a apenas 4,6% de participação.

“Pode-se afirmar que ao longo dos últimos 10 anos, para cada dólar que o Brasil adquire de suas exportações para China, 87 centavos vêm de produtos primários e de manufaturas intensivas em recursos naturais, 7 dos produtos de média intensidade tecnológica e apenas 2 centavos das vendas de produtos de alta tecnologia.” (IPEA, 2011, p.6)

Assim sendo, pode-se observar o já descrito forte caráter de especialização entre o comércio Brasil-China. Enquanto o Brasil tem se especializado na venda de produtos de baixa agregação tecnológica, principalmente commodities primárias, a China tem expandido sua venda de produtos manufaturados de diversas intensidades tecnológicas (principalmente intensiva). Emanam-se assim um novo caráter da divisão internacional do trabalho.

“Dessa forma, o saldo comercial do Brasil com a China, por intensidade tecnológica do produto, registra superávits crescentes nos produtos primários e nas manufaturas intensivas em recursos naturais.” (IPEA, 2011, p.7)

Levando em conta as discussões realizadas no capítulo 1 sobre desenvolvimento, na divisão do trabalho estudada por Celso Furtado na tradição Cepalina, a inserção especializada de países da periferia ocorriam com vista a maximizar seu excedente para comprar produtos industriais do centro. Numa nova configuração, a China, um país considerado “emergente”, assume em parte a posição que era ocupada pelo centro perante a periferia, como fornecedor de manufaturas. E perante o centro também se encontra em uma posição singular, oferecendo

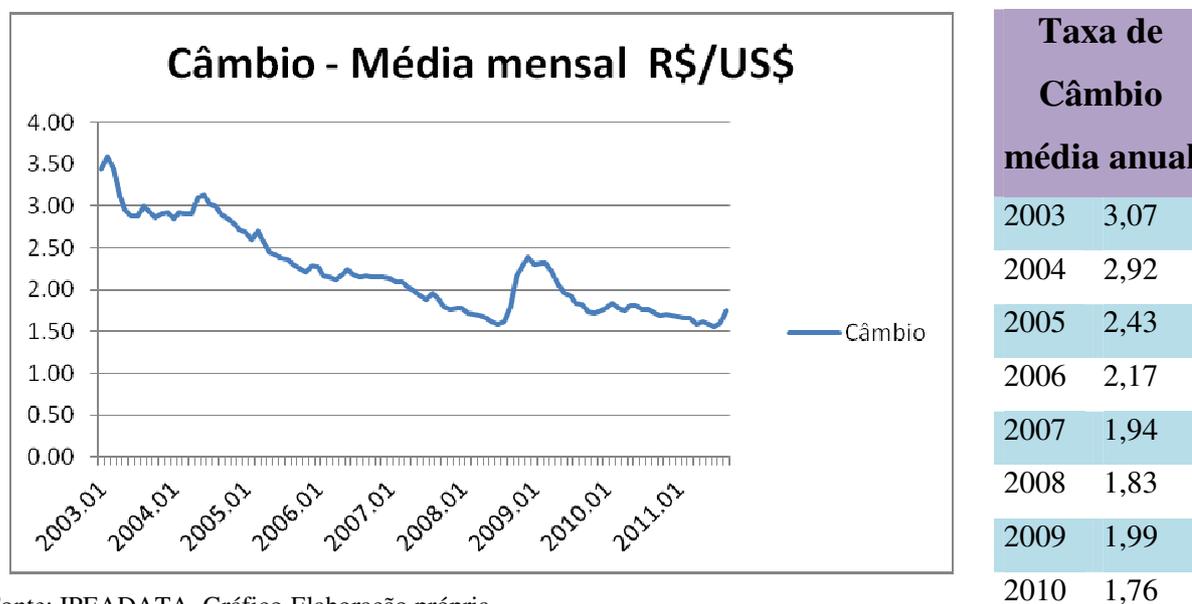
produtos industriais a estes, sendo, no entanto ainda dependente tecnologicamente dos países centrais³⁵.

Dessa forma emerge uma nova divisão internacional do trabalho, com a China ocupando uma posição importante como grande produtora de produtos manufaturados - industrializados para o mundo. Aos países centrais, cabe a função de exercer a pesquisa e desenvolvimento e de captar a maior parte do valor agregado da nova cadeia de produção³⁶. Ao Brasil cabe então a posição periférica de fornecedor de matérias-primas.

³⁵ As grandes empresas de P&D se encontram principalmente em EUA, Europa e Japão.

4.2. Impactos na estrutura industrial brasileira

Para compreender a posição atual do Brasil deve-se então discutir a importância de questões fundamentais que se iniciaram no período pós-estabilização e que se mantiveram durante as décadas de 1990 e 2000: A política cambial e a política monetária. A questão da política cambial tem se mostrado central na dinâmica descrita. Após 1998, o Brasil adere à utilização de taxas de câmbio flutuantes, ficando assim à mercê das oscilações de fluxos de investimento que entram no país.



Fonte: IPEADATA. Gráfico Elaboração própria

Gráfico 5: Média mensal do câmbio Real - Dólar

Conforme pode ser visto no gráfico 5, o Brasil tem passado no período entre 2003 e 2010 por uma forte valorização cambial. Esta é resultante da grande entrada de capitais que tem ocorrido na conjuntura de liquidez internacional aliada a elevadas taxas de juros reais brasileiras³⁷. Assim, com a vinda de montantes de capital de portfólio, o câmbio foi se valorizando, beneficiando fortemente o aumento das exportações, principalmente da China.

Dessa forma, o câmbio tem sido uma variável fundamental para a compreensão do desempenho industrial brasileiro, pois a grande entrada de importações tem tido como

³⁷ O Brasil em 2010 foi o país de taxas reais de juros mais altas do mundo.

contrapartida a concorrência com os produtos manufaturados nacionais, os quais não têm conseguido se manter competitivos na disputa comercial.

Observa-se como conseqüência do processo descrito acima então dois movimentos: um forte processo de fusões e aquisições (F&A), além de desnacionalizações, da estrutura industrial brasileira; e uma regressão da estrutura industrial brasileira.

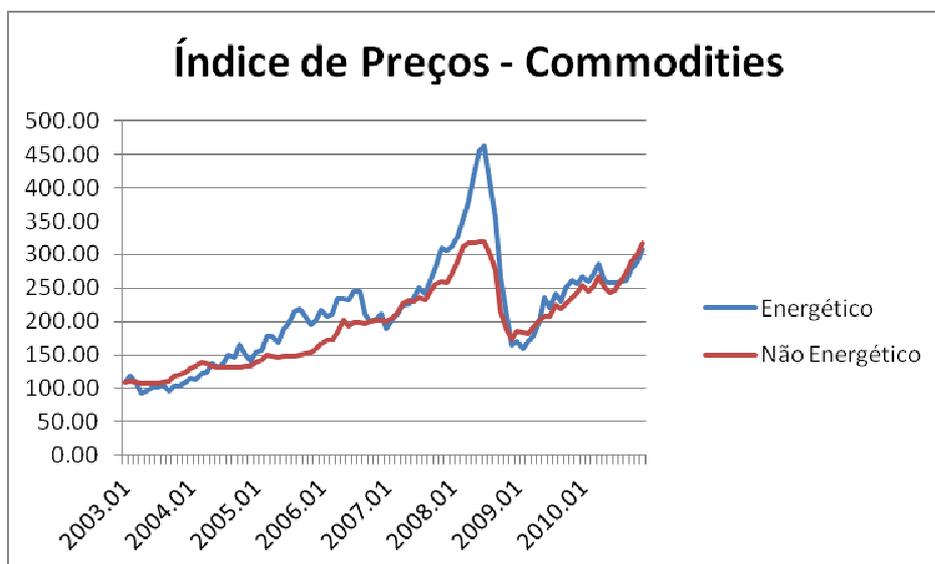
Quanto ao primeiro processo, de F&A, este vem ocorrendo de forma mais forte desde 1994. Grandes conglomerados nacionais foram sistematicamente se fundindo³⁸, ou sendo vendidos ao capital privado internacional, fundindo-se a grandes conglomerados multinacionais. Tal processo ocorreu também no setor industrial. Teoricamente, o processo acima descrito aumentaria o mark-up das empresas nacionais. Entretanto, devido à abertura comercial e financeira, as empresas passaram a concorrer em condições desiguais com empresas do exterior. Assim, as fusões e aquisições foram uma resposta a uma nova realidade em busca das empresas de se manterem vivas e competitivas no mercado nacional.

Já o segundo processo é o mais complicado, pois envolve um risco não só à economia brasileira, mas a todo o desenvolvimento da economia nacional. O risco de reversão de uma estrutura industrial pode no futuro trazer efeitos devastadores sobre o emprego. Além disso, a desindustrialização traz consigo o desmantelamento de uma estrutura produtiva diversificada que garante estabilidade para a economia durante períodos de restrição externa.

“A ampliação da corrente do comércio entre a China e o Brasil veio acompanhada de pressão competitiva das manufaturas chinesas sobre o parque industrial brasileiro. O “efeito China” tem gerado (i) a especialização regressiva da pauta exportadora – entendida como o aumento da participação relativa dos produtos básicos para a exportação –; (ii) um significativo déficit comercial para o Brasil no caso dos produtos de mais alta intensidade tecnológica; (iii) uma perda na participação das exportações brasileiras de maior intensidade tecnológica em terceiros mercados (Europa, Estados Unidos e América Latina) em virtude da expansão das exportações chinesas.” (IPEA, 2011, p.14)

³⁸ Como exemplo, pode-se observar o sistema bancário brasileiro, ou o setor de comprar no varejo (supermercados).

Por fim, outro elemento fundamental que tem interferido na questão da competitividade brasileira está relacionada ao contínuo aumento do preço das commodities.



Fonte: World Bank Commodity Prices. Gráfico: Elaboração própria

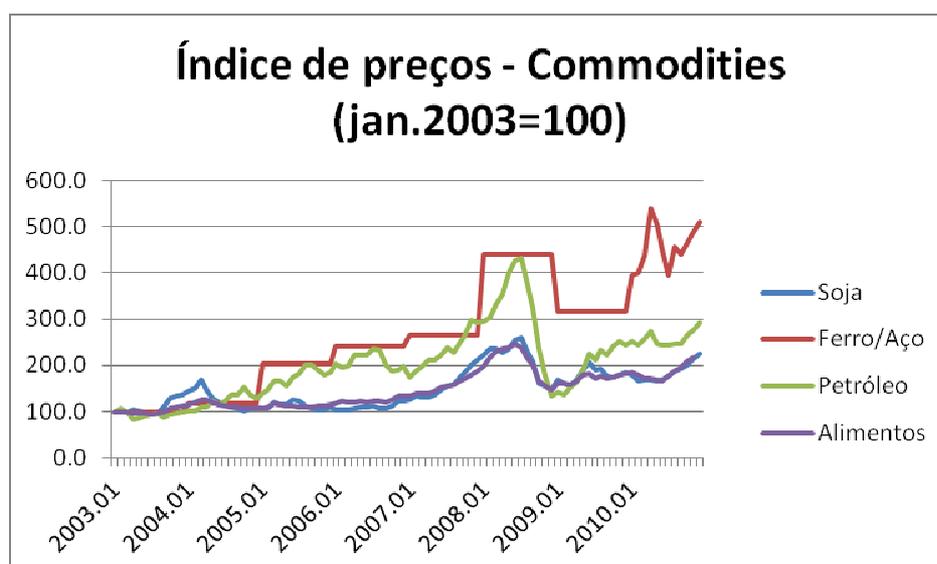
Gráfico 6: Preços internacionais das commodities (2003-2010)

O aumento do preço das commodities decorre em grande parte devido ao grande aumento do consumo de países como China e Índia. A grande migração do campo para as cidades que tem tomado parte nesses países vem gerando pressões pelo lado da demanda para o consumo de produtos primários e alimentos. A consequência desse processo é a reversão temporária do que a escola cepalina coloca como “deterioração dos termos de troca”³⁹. Ou seja, tem ocorrido uma melhora relativa no preço de commodities.

“De forma estilizada, apresentam-se algumas possíveis mudanças em curso. No âmbito comercial, a dinâmica da economia chinesa pode estar invertendo os termos de troca em favor dos países periféricos produtores de matérias-primas, no médio prazo. Por um lado, a necessidade chinesa de grande quantidade de matérias-primas, alimentos e energia reitera a posição altista dos preços das commodities. Por outro

³⁹ Nesta teoria, os produtos com baixa intensidade tecnológica teriam uma tendência inerente à perda relativa de preços com relação a produtos com maior intensidade tecnológica. Isso devido à sua maior inelasticidade com relação à demanda.

lado, a produção de manufaturas chinesas, intensiva em trabalho e em tecnologia, para o mercado interno e para exportação, reforça a posição baixista dos preços desses produtos devido ao efeito escala da produção. Isso poderá gerar mudanças nas estruturas das exportações e importações de diversos países” (IPEA, 2011, p.3)



Fonte: World Bank Commodity Prices. Gráfico: Elaboração própria

Gráfico 7: Índice de preços das commodities (2003-2010)

No gráfico 7 é possível observar o forte comportamento de elevação no preço das commodities, apesar da grande queda no preço observada pós-crise de 2008. O minério de ferro (produto fortemente exportado pelo Brasil para a China) se destaca entre os produtos analisados, tendo seu preço, no período de 10 anos, multiplicado em mais de 5 vezes.

A melhora nos preços das commodities tem servido como contrapartida ao elevado aumento das importações na balança comercial brasileira. O impacto na balança comercial é tamanho que mesmo com a forte valorização cambial observada, levando a um boom de importações, o país continua a registrar superávits comerciais, levando, juntamente à enorme entrada de capitais, ao aumento das reservas internacionais brasileiras, que supera o montante de 300 bilhões de dólares em 2011, conforme pode ser observado na Gráfico 8.



Fonte: Banco Central. Gráfico: Elaboração própria

Gráfico 8: Reservas Brasileiras

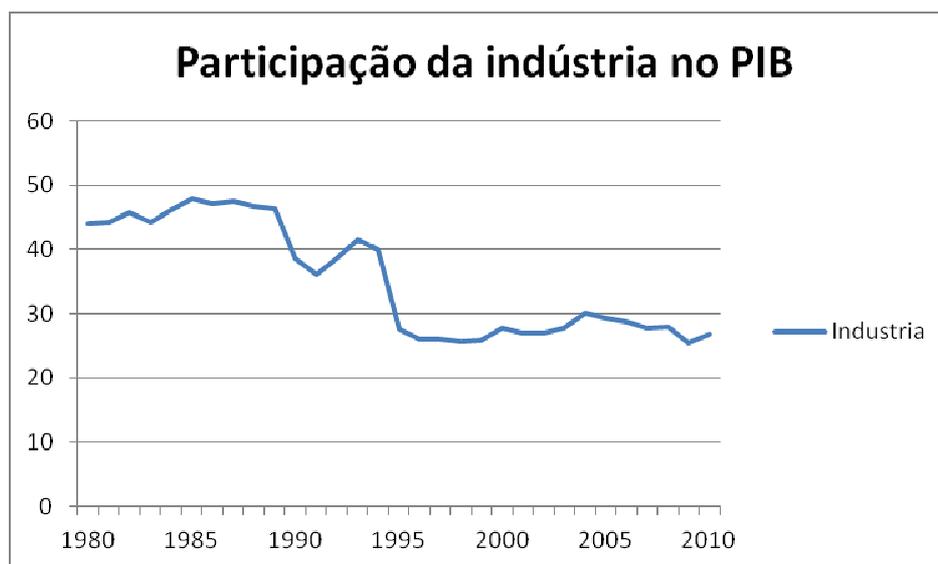
O processo descrito acima tem servido para amortecer os impactos da restrição externa por um lado. Por outro lado, tem gerado riscos elevados, ajudando a aprofundar o processo de especialização que vem ocorrendo na economia brasileira. Com os elevados superávits, o crescimento das importações não se torna um problema imediato ao balanço de pagamentos, devido à disponibilidade de divisas. Dessa forma, o processo que será descrito abaixo, de reversão da estrutura industrial brasileira, aprofunda-se.

Após observar como tem se comportado o comércio sino-brasileiro, torna-se necessário então observar quais tem sido os impactos desse comércio na estrutura industrial brasileira.

Inicialmente, é fundamental destacar que tem ocorrido nos últimos anos um processo de redução da participação da indústria no PIB. O setor secundário, que chegou na década de 1970 a representar 50% da produção nacional, após a abertura comercial vem perdendo participação no PIB, principalmente para o setor terciário, de serviços. Esse processo não é exclusivo do Brasil, sendo observado em toda América Latina, e oriundo do já destacado modelo de desenvolvimento “*capital account*”.

A opção pela abertura comercial e financeira, e a inserção do país num modelo de especialização baseado em “vantagens comparativas ricardianas” e em modelos ortodoxos de comércio exterior, como o modelo “Heckscher-Ohlin” tem mudado a característica produtiva do

país. A estrutura industrial, construída solidamente nas décadas anteriores em políticas como o “Plano de Metas”, “Milagre Econômico” e “II PND”, passa a sofrer forte concorrência de países com maior competitividade e produtividade. Assim, no sentido da incapacidade de competição da indústria nacional, pode-se avaliar a perda de competitividade brasileira.



Fonte: IBGE. Gráfico: Elaboração própria

Gráfico 9: Participação industrial no PIB brasileiro

Conforme pode ser observado no gráfico acima, a participação da indústria no PIB, que já chegou a quase 50%, caiu vertiginosamente após a implantação do plano real, e tem seguido um comportamento relativamente estável desde então. O gráfico acima é importante para ver o comportamento geral do setor industrial, mas ainda insuficiente para afirmar a reversão industrial. Para tanto, é fundamental analisar o que tem ocorrido nas cadeias produtivas, observar como os encadeamentos industriais têm operado. Tal questão é fundamental para não cair em equívocos de afirmar que economias como a do México, com elevado grau de exportação de produtos manufaturados, está num elevado grau de industrialização – a estrutura mexicana é conhecida como economia de “enclave”, ou seja, é uma economia “oca”, que apenas monta os produtos finais em vista de exportá-los aos EUA, produzindo pouquíssimas peças.

No Brasil tem ocorrido um processo análogo ao acima citado caso do México. O comércio com a China tem tido como forte decorrência o desadensamento das estruturas produtivas nacionais. As montadoras ainda se encontram no Brasil, porém, a compra de peças e

equipamentos, as partes intermediárias do processo produtivo, que são fundamentais para a construção de um parque produtivo tecnológico autônomo, têm sido em sua grande parte composta por peças importadas, especialmente da China.

“A pressão competitiva das manufaturas chinesas tende a gerar um processo de especialização regressiva da estrutura industrial (desadensamento da cadeia produtiva doméstica) e a forte expansão do IDE chinês no Brasil fora das prioridades da política industrial e sem uma negociação quanto a forma de acesso ao mercado (joint-ventures, alianças tecnológicas etc.) pode significar a perda do controle estratégico soberano do Brasil sobre as fontes de energia (petróleo) e de recursos naturais (terras e minas), sem que isso signifique uma maior transferência de tecnologia para o país.” (IPEA, 2011, p.14)

É então nesse sentido, no impacto do comércio com a China nas estruturas produtivas nacionais, que essa pesquisa encontra seu ponto central. A conjuntura atual, configurada por elevadas taxas de câmbio, cujos impactos tem sido amortecidos pela elevação nos preços das commodities, tem criado entre 2003-2010 um campo fértil para a expansão da especialização produtiva no Brasil. A rápida expansão da fronteira agrícola, que tem superado os limites da região Centro-Oeste, passando a avançar em direção à região amazônica, além do grande aumento de investimentos da VALE na Serra dos Carajás, expandindo a extração de ferro, são exemplos claros do processo em curso. Isso ocorre concomitantemente ao forte processo de Fusões e Aquisições, e de desnacionalizações de muitas empresas brasileiras que, apesar dos esforços do BNDES em expandir a internacionalização das indústrias nacionais, ainda é insuficiente dado o caminho em marcha de reversão industrial. Por tais razões, pode-se colocar que vem ocorrendo um processo não muito lento de desindustrialização da estrutura produtiva nacional.

Atualmente observa-se também uma expansão dos negócios chineses no Brasil. A estratégia chinesa é tão vigorosa, que diversos contratos de investimento de estatais chinesas em território brasileiro já foram realizadas, além da compra de terras.

“As investidas do capital chinês no Brasil não ficaram concentradas apenas em atividades ligadas à exploração de petróleo e à siderurgia, mas também envolveram

as empresas chinesas atreladas ao agronegócio as quais têm comprado vastas propriedades rurais agricultáveis. O avanço chinês na compra de minas, áreas de exploração de petróleo e de terras para agropecuária vêm provocando preocupações tanto nos setores empresariais quanto governamentais.” (IPEA, 2011, p.10)

5. CONCLUSÃO

A pesquisa evoluiu caracterizando inicialmente a estrutura produtiva brasileira e sua evolução histórica, levantando os principais dilemas relacionados à questão do desenvolvimento econômico. Em seguida, no Capítulo 2, foi realizada a análise histórica das estruturas produtivas chinesas, possibilitando a compreensão dos fatores que levaram a China a assumir posição tão importante na economia internacional contemporânea. No Capítulo 3 então foi caracterizado o comércio entre Brasil e China e os impactos deste na estrutura produtiva nacional.

Os resultados da pesquisa apontam no sentido de que tem havido um processo de regressão da estrutura industrial produtiva. O aumento do comércio com a China tem tido como consequência um aumento do coeficiente de importações nacionais em produtos de baixo, médio e alto valor agregado, os quais vêm bloqueando o desenvolvimento de uma estrutura produtiva industrial nacional, principalmente no setor de bens de capital. Por outro lado, o aumento da demanda internacional por *commodities* tem gerado pressões altistas em seus preços, estimulando a expansão da produção desses produtos no Brasil, evitando dessa forma a ocorrência de déficits na balança comercial.

A estratégia chinesa, bem sucedida do ponto de vista produtivo, vem gerando uma nova divisão internacional do trabalho. Nesta, os países centrais tem se destacado como centros inovadores, com fortes investimentos nos setores de P&D, cujas empresas conseguem captar a parte mais relevante das cadeias de valor. Já a China vem operando como o pólo produtor, em que as grandes empresas multinacionais, beneficiando-se das vantagens localizacionais, instalam empresas na China ou terceirizam o serviço para grandes indústrias chinesas. A China passa a se tornar então o motor produtivo do sistema internacional. Por fim, cabe à periferia, à qual se inclui o Brasil, a posição de fornecedora de recursos naturais e energéticos, especializanda.

É nessa nova divisão internacional do trabalho que se encontra a crítica fundamental deste trabalho. Baseado na teoria da CEPAL, de autores clássicos como Caio Prado Jr. e Celso Furtado, e na tradição da escola de pensamento da UNICAMP, o novo processo em curso tem guiado o Brasil rumo a uma posição de aprofundamento de sua condição periférica no cenário

internacional. Ao se especializar na produção de commodities, a economia brasileira fica muito fragilizada às oscilações internacionais – Argumento colocado por List desde 1844.

A fragilidade acima descrita se aprofunda ao observar que a perda do dinamismo industrial traz consigo também um caráter de dependência. O muito pequeno dinamismo tecnológico pode ser observado na pesquisa (2008). Coloca-se assim a questão da dependência tecnológica da periferia com relação ao centro. Dessa forma, a autonomia produtiva é bloqueada pela dependência de máquinas e equipamentos produzidos no centro do sistema capitalista. Assim sendo, o caráter qualitativo demanda continuar sendo sempre definido nos países centrais, através da produção de produtos qualitativamente incompatíveis com as reais necessidades de sociedades periféricas⁴⁰. Produtos estes que serão consumidos por elites locais que passaram por um processo de “aculturação”.

Nesse sentido fortemente crítico que podemos inserir o processo em rumo, conforme destacado por SAMPAIO (2007), como de “Reversão Neocolonial”. Isso no sentido de um retorno a uma posição de dependência com relação ao centro e de uma perda de autonomia relativa conquistada no período da industrialização 1930-80. E num cenário ainda mais complexo, com a já discutida nova divisão internacional do trabalho.

A face progressista dos governos brasileiros nos anos 2000 foram insuficientes para impedir ou retardar o processo em questão. Devido à conjuntura internacional favorável, tal processo inclusive se aprofundou. Ainda que a política industrial tenha sido reativada com o BNDES, a contrapartida do avanço chinês sobre a economia brasileira, aliada à política macroeconômica de juros e câmbio, tem criado riscos mais iminentes de reversão industrial.

Torna-se-ia então necessário um grande debate público entre as elites do país sobre os riscos da desindustrialização. Entretanto, o processo de financeirização ocorrido a partir da década de 1990 tem criado uma classe rentista de grande magnitude política, ideologicamente identificada com as idéias propagadas em “Wall Street”, que tem impedido a viabilidade política de uma retomada de uma política do estado eficaz de desenvolvimento industrial.

Por fim, apesar do caráter pessimista dessa pesquisa, deve-se destacar que o capitalismo não deixará de avançar no Brasil. A crítica realizada não está pautada na quantidade de crescimento econômico, mas na sua qualidade. Os negócios dificilmente deixarão de florescer

⁴⁰ Um forte exemplo: O uso do excedente social para o consumo de carros suplantará as necessidades reais da sociedade brasileira, como a necessidade de construção de transporte público de qualidade.

no país, e a criação de reservas internacionais dá certa folga à política macroeconômica. As metas de superávit primário ainda reduzirão o ritmo de crescimento da dívida pública, mesmo com os altos juros, e os salários têm crescido em termos reais. A crítica se coloca mais no sentido de uma inadequação entre estrutura produtiva e reais necessidades da população brasileira. Sendo que tal inadequação acaba por criar a situação de dependência acima descrita. Dessa forma, no rumo atual, apesar do discurso hegemônico de que o Brasil caminha para o desenvolvimento, o que se observa é o aprofundamento da posição de periferia e dependência externa.

6. REFERÊNCIAS

ACIOLY, L. **China: Uma inserção externa diferenciada**. 2007, Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_ceri/boletim/boletim7/03_china.pdf>.

BELLUZZO, L. G. “**O Dólar e os Desequilíbrios Globais**”, In Revista de Economia Política, vol. 25, nº 3 (99), pp. 224-232, julho-setembro/2005.

BIANCARELLI, A. M. **Integração, ciclos e finanças domésticas: O Brasil na globalização** - Campinas, 2007.

BIANCARELLI, A. M. **Riscos na travessia? O financiamento externo e os desafios futuros da economia brasileira**. (p.77-91) In: Desafios ao desenvolvimento brasileiro: contribuições do Conselho de Orientação do Ipea. Brasília, DF: IPEA, 2010.

BIANCARELLI, A. M. **A globalização e os países em desenvolvimento**: Em busca de uma visão crítica, 2008.

BIANCARELLI, A. M. **A visão convencional sobre a abertura financeira e suas mutações recentes**. *Estud. Econ.* [online]. 2010, vol.40, n.4, pp. 917-942. ISSN

BRESSER PEREIRA, L.C. & MARCONI, N. **Doença holandesa e desindustrialização**. 2009 – Artigo para o valor econômico 25/11/2009.

CARNEIRO, R. M. **Globalização e integração periférica**, 2007, Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 126, jul. 2007. ISSN 0103-9466

CARNEIRO, R. M. **Desafios do desenvolvimento brasileiro**. (p. 9-21) In: Desafios ao desenvolvimento brasileiro: contribuições do Conselho de Orientação do Ipea. Brasília, DF: IPEA, 2010.

CARNEIRO, R. M. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo; Campinas, SP: Editora UNESP: Unicamp.IE, 2002. 423p., il. Inclui bibliografia. ISBN 8571394040 (broch.).

CARNEIRO, R. M. **Reformas Liberais, estabilidade e estagnação**, Campinas, SP. 2000. – TESE DE LIVRE DOCÊNCIA

CARNEIRO, R. M. **A globalização financeira: origem, dinâmica e perspectivas**, 1999, Texto para discussão num. 90. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1720&tp=a>>

DA SILVA, J.G.; TAVARES, L. **“Segurança alimentar e a alta dos preços dos alimentos: oportunidades e desafios”** In: Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 15(1): 62-75, 2008.

DOOLEY, M. P.; FOLKERTS-LANDAU, D.; GARBER, P. **“An Essay on the Revived Bretton Woods System”**. Cambridge, Mass.: National Bureau of Economic Research (NBER Working Paper n. 9971).

DOOLEY, M. P.; FOLKERTS-LANDAU, D.; GARBER, P. **“The Revived Bretton Woods System: the effects of periphery intervention and reserve management on interest rates and exchange rates in center countries”**. Cambridge, Mass.: National Bureau of Economic Research (NBER Working Paper n. 10.332 para Discussão. IE/UNICAMP n. 90, out. 1999.

FAIRBANK, J. K. & GOLDMAN, M. **China: Uma nova história**. 3 Ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 2008.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959. 291p.

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento : enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1980. xii, 161p.

FURTADO, C. **Brasil : a construção interrompida**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 87 p.

GERNET, J. **A history of Chinese civilization**. Cambridge University Press, 1996

GONÇALVES, S. M. **O declínio do Estado-nação: Globalização, integração europeia e reafirmação dos movimentos de identificação cultural sub-estatais** IN: Revista de Estudos Politécnicos Polytechnical Studies Review 2006, Vol III, n.os 5/6, 281-296

HIRATUKA, C. & SARTI, F. **“Indústria mundial: mudanças e tendências recentes”** Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 186, dezembro 2010. ISSN 0103-9466

HIRATUKA, C. & SARTI, F.; **Desenvolvimento industrial no Brasil: oportunidades e desafios futuros**, 2011, 40p. (Texto para Discussão, n. 187). Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/textosdiscussao/texto187.pdf>

IPEA. **As relações bilaterais Brasil – China: A ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil**. In: Comunicados do IPEA, n. 85, Abril/2011.

JÁUREGUI, G. **Soberanía, Autodeterminación Y Unión Europea**. In Ramón Maíz (Ed.), Construcción De Europa, Democracia Y Globalización (pp 949-62). 2002, Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela.

KIM, S. W. **Post-Mao Chinese global policy?** International Organization, V.35, n.3, 1981.

KRUGMAN, Paul R. **Economia internacional: teoria e política**. 6. ed. São Paulo: Pearson/Addison-Wesley, c2005. 558p., il. ISBN 8588639165 (broch.).

LANDES, D. **A riqueza e a pobreza das nações**. 11 Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003

LAPLANE, M. & SARTI, F. “**O Investimento Direto Estrangeiro e a Internacionalização da economia brasileira nos anos 1990**” In: *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 63-94, jan./jun. 2002.

LIST, F. **Das nationale System der politischen Oekonomie**. Neue unveränderte Aufl. Stuttgart: J.G. Cotta, 1844. lxx, 589 p.

MACEDO, F. C. de. **Inserção externa e desenvolvimento regional (1989-2008)**. Campinas: IE-UNICAMP/CNPq. Relatório de pesquisa, 2009. 240 p.

MAGNOLI, D. **Relações Internacionais: Teoria e história**. São Paulo: Saraiva, 2004

MARIUTTI, E. **Crise Econômica e Rivalidade Política: características gerais da ordem internacional contemporânea**. (p. 22-36) In: *Desafios ao desenvolvimento brasileiro: contribuições do Conselho de Orientação do Ipea*. Brasília, DF: IPEA, 2010.

MEDEIROS, C. A. **Notas sobre o Desenvolvimento Econômico Recente na China**, 2000, disponível em <<http://www.iea.usp.br/textos/medeiroschina.pdf>>

MEDEIROS, C. A. **China: entre os séculos XX e XXI**, in José Luís Fiori, *Estado e moedas no desenvolvimento das nações*, 1999, Rio de Janeiro, Vozes.

MELLO, J. M. C. de. **O Capitalismo Tardio**, Ed. Brasiliense, 1982.

MINSKY, H. **Can "it" happen again?: essays on instability and finance**. Armonk: Sharpe, 1984, c1982. 301 p. ISBN 087332305X .

MOREIRA, M. M. “**A Indústria Brasileira nos Anos 90. O que já se Pode Dizer?**”, 1999, In: *A ECONOMIA brasileira nos anos 90*, Rio de Janeiro: BNDES, 1999. 496 p.

OMAE, K. **O fim do estado nação: a ascensão das economias regionais**. Rio de Janeiro: Campus, 1996. xxi, 214p., ISBN 8535200312.

PIRES, M. C. **As novas lideranças e as transformações econômicas e sociais recentes na república popular da China**. 2007. Disponível em <http://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/BRICs/As%20novas%20lideran%EA7as%20na%20Rep%FAblica%20Popular%20da%20China.pdf>

PINTEC, **Pesquisa de inovação tecnológica, 2008**. Disponível em:

<

<http://www.pintec.ibge.gov.br/downloads/PUBLICACAO/Publicacao%20PINTEC%202008.pdf>

>

POCHMANN, M. **Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho**, (2000), disponível em: <<http://decon.edu.uy/network/panama/POCHMANN.PDF>>

PRADO JUNIOR, C. **História e desenvolvimento**: contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1972. 92 p.

PRADO JUNIOR, C. **A Revolução Brasileira** – 7ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1987.

RODRIK, D. **Abrindo espaço para a China na economia mundial**, *American Economic Review: Papers & Proceedings*, vol. 100, nº 2, maio de 2010, pp. 89-93.

SAMPAIO JUNIOR, P. S. de A. **Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro**. En publicación: *Filosofía y teorías políticas entre la crítica y la utopía*. Hoyos Vásquez, Guillermo. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. 2007. ISBN: 978-987-1183-75-3.

SAMPAIO JUNIOR, P. S. de A. **Entre a Nação e a barbarie**: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, c1999. 254 p. ISBN 8532621864.

SAMPAIO JUNIOR, P. S. de A. **Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do Capitalismo** Revista da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, julho 2002

SERRA, A. M. **China: as reformas económicas da era pós-Mao**, disponível em: <<http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/chinarevmac.pdf>> , 1997

SANTOS, M; CARVALHO, E. L.; MACHADO, M. & Piccinini, M. **“A indústria brasileira de máquinas-ferramenta”**. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set2604.pdf>

WILLIAMSON, J. **Reformas políticas na América Latina na década de 80**. Revista de economia política do institute for international economics, EUA, e do instituto Fernand Braudel de economia mundial, vol.12, n.1, Janeiro-Março/1992

WILKINSON, E. **Chinese History: A Manual**, Cambridge, MA: Harvard University Press,